

--- No dia dois de julho de dois mil e vinte e seis, pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, no Palácio dos Marquês da Praia e de Monforte, cidade de Loures, a Assembleia Municipal de Loures, presidida pela deputada municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, com a presença dos seguintes deputados municipais: -----

PS - Partido Socialista-----

Susana de Fátima Carvalho Amador -----
Daniel Vitorino Bernardo Lima -----
João Pedro Silva Mendes dos Santos Ferreira -----
Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo -----
Carla Sofia do Carmo Pires -----
João António Leal Cruz Franco -----
Algmar Welker Branco Salomão -----
Inês Falcão da Costa Morgado -----
Isabel Cristina Carapeta Gomes -----
João Filipe de Jesus Pinto-----
João Paulo Afonso Barandas -----
Joaquim Manuel Brás dos Reis -----
José Júlio Ferreira Falcão Ribeiro -----
Pedro Moreso Sampaio Villa Simões -----
Hélio António Magalhães Gonçalves dos Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Bucelas) -----
Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures)-----
Horácio Rodrigo Cabral Narciso (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação)-----
Tiago Filipe Vaz Batista (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Moscavide e Portela) -----
Joana Teresa Cardoso Feitor Almeida (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela)
Flávio Filipe Machado Soledade (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas)-----

CH - Chega-----

Luís Filipe Pereira Direitinho -----

Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro -----
Aquilino José Marques Ventura -----
António José Mendes Firmino -----
Inês Carvalho dos Santos -----
Duarte Miguel Monge Correia -----
Sandra Maria Cardoso Mota Pastor -----
Marco José Dias Raimundo -----

PPD/Partido Social Democrata-----

Jorge Manuel Lopes Antunes -----
Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel -----
Sara Raquel Bordalo Gonçalves -----
Armando Manuel Pedroso Militão -----
Bernardo Matias Barbosa -----
Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa)-----

CDU – Coligação Democrática Unitária-----

Tânia Cristina Mateus Costa -----
Maria de Fátima Amaral -----
Bruno Alexandre Caçador Simão -----
Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade -----
Jorge Manuel Duarte Simões (Presidente da Junta de Freguesia de Fanhões) -----
José Júlio dos Santos Pinto (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo Antão e São Julião do Tojal) -----

BE - Bloco de Esquerda-----

Paula Cristina Vieira Teixeira -----

IL – Iniciativa Liberal-----

Tiago Filipe Jorge da Silva -----

- O Presidente Junta de Freguesia da União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho, Carlos Manuel Alves Gonçalves, justificou a sua ausência na reunião, não sendo possível a presença de substituto legal. -----

- Concluída a chamada, com a presença de 42 deputados municipais e verificada a existência de quórum, o Primeiro Secretário da Mesa, Aquilino José Marques Ventura, na qualidade de Presidente da Mesa, em exercício, declarou aberta a reunião,

informando os presentes que a Presidente da Assembleia Municipal solicitou que se iniciassem os trabalhos por ter de chegar mais tarde à reunião. -----

- Foi dado conhecimento que a reunião estava a ser gravada e transmitida em direto pelo canal *Youtube* da Câmara Municipal de Loures. -----

- Foi igualmente dado conhecimento a todos os deputados municipais que foi disponibilizada na plataforma da respetiva Ordem do Dia da sessão da Assembleia Municipal a correspondência recebida desde vinte e quatro de junho a um de julho de dois mil e vinte seis. -----

- **Tomou posse perante a Assembleia Municipal:**-----

- Flávio Filipe Soledade Machado, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, Jorge Daniel Sousa Moreira da Silva. -----

- O Primeiro Secretário da Mesa, Aquilino José Marques Ventura, na qualidade de Presidente da Mesa, em exercício, informou que iriam começar os trabalhos pelo “Período de Intervenção do Público”. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Neste período, foi informado que existiam três (3) munícipes inscritos, tendo seis minutos para intervir cada um. -----

- Para o efeito, intervieram: -----

- João Vladimir Soares Resa, começou por perguntar se lhe estava a ser limitada a liberdade de expressão, tendo em conta situações verificadas em sessões anteriores. Referiu que, numa sessão anterior, a senhora Presidente permitiu que outro munícipe utilizasse um slogan partidário, considerando que existe uma dualidade de critérios nesta Assembleia. -----

De seguida, abordou a questão da segurança rodoviária na Adegua Baixinha, explicando que estava a descrever uma situação perigosa, onde já tinha ocorrido um acidente envolvendo um autocarro, felizmente sem vítimas. Salientou que se tratava de uma questão de segurança rodoviária e não de um comentário político, lamentando que algumas pessoas se tivessem rido durante a sua intervenção. Considerou essa atitude de mau tom e afirmou que era vergonhoso que se reagisse dessa forma quando estavam em causa questões importantes relacionadas com a segurança. -----

Relativamente ao estacionamento na sua rua, afirmou que, enquanto cidadão, tem direito a obter respostas às questões que coloca, o que nunca acontece. Referiu que não recebe respostas aos seus e-mails e desconhece o motivo, questionando se as mensagens são extraviadas ou enviadas para outro endereço. Defendeu que tem direito a um estacionamento ordenado na sua rua, com a respetiva sinalização horizontal, e recordou que já apresentou várias exposições à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal. Mencionou que lhe foi dito que o assunto estava em estudo, mas que os anos passaram sem qualquer solução. Considerou injusto que noutras zonas existam essas condições e que ele continue a sentir-se ostracizado, defendendo que todos os cidadãos devem ser tratados de forma igual. Acrescentou que não podia agradecer à Câmara Municipal de Loures, uma vez que, na sua opinião, nunca responde às questões que coloca. -----

Em relação ao *Rock in Rio*, questionou quanto foi gasto em brindes publicitários, nomeadamente nas palas distribuídas no evento. Perguntou ainda quantos convites para o festival foram recebidos pela Câmara Municipal de Loures, considerando o impacto do evento para os residentes. Questionou igualmente a natureza do stand da Câmara Municipal, descrevendo-o como um contentor marítimo com rés do chão e primeiro andar, e ironizou sobre o contraste entre as críticas anteriormente feitas às construções precárias e a utilização daquele tipo de estrutura. Também questionou o significado do lema “Loures tem ritmo”, perguntando se esse ritmo se refletia no endividamento ou nas festas. -----

Sobre a habitação, criticou o modelo de atribuição de fogos por sorteio, considerando que cria falsas expectativas junto da população. Referiu que a necessidade de habitação é muito superior à oferta existente e que a disponibilização de quarenta fogos através de sorteio leva centenas de pessoas a alimentar expectativas sem garantias. Comparou a situação ao projeto “Romeu e Julieta”, que considerou ter consumido milhões de euros e cuja finalidade inicial teria sido alterada ao longo do tempo. -----

Relativamente à Urbanização do Aqueduto, mais concretamente à Rua Liberato José Pereira, apontou desigualdades entre os dois lados da rua. Referiu que os moradores das novas habitações dispõem de pilaretes e passeios amplos, enquanto os residentes que ali vivem há décadas enfrentam restrições ao estacionamento. Considerou que essa situação demonstra as desigualdades existentes naquela rua e, de forma mais ampla, em vários pontos do concelho. -----

No que respeita aos escoteiros de Santo Antão do Tojal, afirmou que o grupo se encontra à procura de novas instalações e que ele próprio tem procurado ajudar nesse processo. Defendeu, contudo, que essa responsabilidade deveria caber à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, expressando que a situação seja finalmente resolvida. -----

Acrescentou ainda que costuma apresentar propostas e ideias com vista ao bem-estar do concelho, considerando que muitas vezes essas sugestões acabam por ser implementadas sem que lhe seja reconhecida a autoria. -----

Por fim, referiu-se ao reforço da segurança promovido pelo município, afirmando que essa medida surge na sequência de um falhanço do Governo. Considerou que os responsáveis locais se apresentam como benfeitores de uma situação que resultou de problemas anteriores. Questionou ainda os custos associados aos veículos utilizados nesse reforço de segurança, nomeadamente devido à presença dos símbolos da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal, sugerindo que a componente publicitária representa um encargo significativo. -----

- Mário de Jesus Lopes, defendeu que a ação social, a política de alojamento e mobilidade, a organização do sistema de ensino superior e a coesão territorial não podiam ser pensadas de forma isolada. Considerou também que os hospitais que encerrassem urgências deveriam sofrer cortes no financiamento. -----

Relativamente às propostas do PSD, referiu que o partido insiste em regras que podem violar a Constituição, ao juntar num único diploma as leis relativas ao retorno, à concessão de asilo e aos centros de triagem. Acrescentou que se mantinham medidas como a detenção em centros de instalação temporária por períodos até um ano e a possibilidade de expulsão de menores. -----

Apresentou-se como um humilde eleitor do concelho de Loures e considerou que o município continuava no caminho certo, embora entendesse que era necessário fazer mais. Defendeu que a segurança deveria ser valorizada, uma vez que, sem ela, o concelho não conseguiria progredir. -----

- Carlos Adelino da Silva, informou que, na presente semana, se tinha dirigido à Assembleia de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação para voltar a abordar um assunto que já tinha apresentado diversas vezes. Explicou que a questão dizia respeito ao desaparecimento da placa identificativa do Bairro do Espinhal, bem como ao desaparecimento de um contentor do lixo e da respetiva estrutura de suporte. Referiu que a fotografia que tinha enviado aquando a sua inscrição, comprovava a existência da placa. -----

Afirmou que, durante a sua intervenção na Assembleia de Freguesia, foi recebido com sarcasmo e risos, situação que considerou ofensiva, sobretudo porque já há muito tempo vinha alertando para o desaparecimento da placa que identificava o Bairro do Espinhal. Salientou que, na sua opinião, o bairro encontrava-se atualmente sem qualquer identificação. -----

Perante aquela situação, solicitou que diligenciassem no sentido de solicitar um inquérito ao Ministério Público ou à PSP para averiguar as razões do desaparecimento

da placa. Considerou que muitas pessoas saberiam o que tinha acontecido, mas que ninguém queria abordar o assunto. Acrescentou que existiria uma espécie de silêncio coletivo em torno da questão. Referiu ainda que, numa recente reunião da Assembleia de Freguesia, o Senhor Presidente da Junta admitiu a possibilidade da placa ter sido retirada pelo empreiteiro responsável pela obra. Relativamente ao contentor do lixo, afirmou que o Presidente explicou que esse se encontrava guardado por alguém.-----

O munícipe declarou sentir-se incompreendido quando o Presidente da Junta se ria e o acusava de desconhecer quais os assuntos que deveriam ser tratados na Câmara Municipal e quais os que competiriam à Junta de Freguesia. Defendeu que, enquanto cidadão, considera natural dirigir-se, em primeiro lugar, à entidade pública mais próxima, ou seja, à Junta de Freguesia, por ser aquela onde se sente mais diretamente representado. Acrescentou que o seu principal interesse não é discutir qual a entidade competente, mas sim ver os problemas resolvidos. -----

Recordou que aquela não era a primeira situação relacionada com o desaparecimento de placas na freguesia de Unhos. Referiu que uma placa situada junto ao limite da antiga freguesia de Frielas, à entrada da Rua Comandante Ramiro Correia, também desapareceu há bastante tempo, tendo sido posteriormente substituída apenas por uma placa pequena. Mencionou ainda outra placa junto à igreja de Loures que igualmente desapareceu sem ter sido reposta. -----

Na sua opinião, a Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apelação não tem dado a devida atenção às preocupações dos fregueses, apesar de se tratarem de questões aparentemente simples. No entanto, considerou que o desaparecimento da placa do Bairro do Espinhal não é um assunto simples, porque entende que alguém saberá o que aconteceu, embora ninguém queira esclarecer a situação. Salientou que, no dia da inauguração da estrada e da sua abertura ao trânsito pelo Presidente da Câmara Municipal, a placa encontrava-se no local, facto que é comprovado pela fotografia publicada numa revista. Acrescentou que a placa desapareceu um ou dois dias depois, pelo que alguém deverá conhecer as circunstâncias do seu desaparecimento.-----

Concluiu afirmando que o Bairro do Espinhal não pode permanecer sem a respetiva placa identificativa e apelou aos membros da Assembleia que tomassem conhecimento da situação e atuassem em conformidade. Manifestou preferência pela Câmara Municipal apresentar uma participação à PSP, para posterior análise pelo Ministério Público, argumentando que as entidades competentes não se têm mostrado interessadas no assunto. Considerou ainda que o desaparecimento daqueles elementos constitui uma degradação do património e do equipamento urbano e lamentou que, além da falta de resposta, ainda haja quem faça pouco das preocupações de um cidadão que procura alertar para esses problemas. -----

- O 1.º Secretário da Mesa, Aquilino José Marques Ventura, na qualidade de Presidente da Mesa, em exercício, passou a palavra ao Executivo Municipal. -----

- A Presidente da Câmara, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, relativamente à intervenção que foi feita pelo senhor Carlos Silva, referiu que tomaram boa nota dessa preocupação e iam junto do Departamento de Obras Municipais aferir efetivamente essa circunstância da placa e da sua não colocação ou não presença na identificação da obra e, se for caso disso, irão tratar da sua reposição o mais rapidamente possível, ou diretamente a Câmara Municipal ou naturalmente, por via do empreiteiro, se a isso estiver obrigado nos termos contratuais. -----

- Terminado o “Período de Intervenção do Público”, deu-se início ao “Período da Ordem do Dia”. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PONTO DEZ -----

Gestão Municipal (Apreciação ao abrigo do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual). Informação escrita do Presidente da Câmara. -----

- Sobre este ponto intervieram: -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), recordou que, há duas assembleias, tinha sido colocada uma questão relativa à movimentação de terras na Quinta das Manteigas, junto à EN 250, entre o Catujal e Sacavém. Referiu que, entretanto, foi apresentado um requerimento a solicitar esclarecimentos adicionais sobre essa situação. -----

Salientou que, apesar de ainda não ter recebido resposta ao requerimento, acreditava que essa resposta seria dada oportunamente e dentro dos prazos adequados. Sem prejuízo dessa resposta formal, manifestou interesse em obter uma atualização sobre o assunto. -----

Recordou ainda que, quando a questão foi inicialmente colocada em reunião, a senhora Vereadora tinha identificado a intervenção em causa como uma operação de limpeza de terreno. Nesse sentido, perguntou se, após as semanas entretanto decorridas e tendo em conta o acompanhamento próximo que o município terá feito da situação, se mantinha o entendimento de que a intervenção corresponde essencialmente a uma operação de limpeza de terreno. -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), referiu que a sua primeira questão estava relacionada com a necessidade de repavimentação da Rua Deputado Pedro Botelho das Neves, a via que liga a Escola de São João da Talha à EN10. Salientou que a rua se encontrava um pouco degradada, o que aumentava a perigosidade de um local já considerado perigoso devido à velocidade dos veículos que circulam em ambos os sentidos e às dificuldades de acesso à EN 10. Acrescentou que considerava necessário reforçar a limpeza das bermas e dos terrenos adjacentes à EN10. Reconheceu que os canaviais tinham sido alvo de uma intervenção de limpeza significativa há relativamente pouco tempo, mas seria necessária uma ação ainda mais abrangente, uma vez que as ervas e as canas continuavam a crescer de forma acentuada. -----

Questionou também sobre as medidas que estão a ser tomadas para fiscalizar as chamadas "lojas-dormitório". Explicou que, na freguesia, existem diversos estabelecimentos que não são utilizados apenas para fins comerciais, servindo igualmente de habitação e constituindo, em muitos casos, um negócio para os respetivos proprietários. Considerou tratar-se de um fenómeno em crescimento e questionou que ações estão a ser desenvolvidas para o enfrentar.-----

Por fim, referiu que tem existido na freguesia um número crescente de queixas relacionadas com pragas urbanas, nomeadamente baratas e ratos, tendo solicitado esclarecimentos sobre as medidas que estão a ser implementadas para reduzir e controlar essas pragas.-----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), disse que tinha um conjunto de questões a colocar. Começou por referir que, na zona norte do concelho, tinha sido registado um aumento exponencial da construção clandestina. Acrescentou que a Câmara Municipal tinha conhecimento da situação, mas que não existiam sinais de qualquer intervenção da fiscalização no local, circunstância que, na sua opinião, era difícil de compreender. -----

Em seguida, manifestou interesse em conhecer a avaliação efetuada pela Câmara relativamente aos impactos do festival *Rock in Rio* junto da população residente nas zonas envolventes, nomeadamente em matéria de estacionamento e, em particular, na freguesia de Sacavém. Referiu que tinham sido verificadas situações de estacionamento desordenado, destruição de áreas verdes e diversas outras ocorrências, considerando importante saber qual era a posição e avaliação do município sobre esses impactos. ----

Relativamente a Santo António dos Cavaleiros, informou que tinha sido instalado um sistema semaforico no cruzamento da Avenida Luís de Camões com a Rua Guerra Junqueiro, na Cidade Nova. Contudo, considerou que a temporização dos semáforos necessitava de ajustamentos, uma vez que o maior fluxo de trânsito se verificava na Rua Guerra Junqueiro, onde as filas chegavam, por vezes, quase até à Escola Maria Velede. Quanto ao aumento das temperaturas que se fazia sentir no país, reconheceu o papel das entidades nacionais e das autarquias, através da proteção civil, e afirmou não ter

críticas a apontar nesse âmbito. Todavia, referiu desconhecer se o Município de Loures estava a implementar medidas de apoio às pessoas em situação de sem-abrigo durante esse período de calor extremo, considerando importante esclarecer essa questão. -----

Demonstrou também preocupação com a situação dos trabalhadores municipais, defendendo que as entidades empregadoras tinham a obrigação de garantir a saúde e a segurança dos seus funcionários. Nesse sentido, questionou quais as medidas que estavam a ser adotadas pela Câmara Municipal e, em particular, pelos SIMAR. Salientou que os SIMAR possuíam um elevado número de trabalhadores operacionais e que muitos dos seus horários coincidiam com os períodos de maior calor. Acrescentou que as recomendações da Direção-Geral de Saúde indicavam claramente que deveria ser evitada a exposição solar entre as 11h00 e as 17h00, não apenas devido às temperaturas elevadas, mas também por causa da radiação ultravioleta e outros riscos associados. ---

Referiu que tinha conhecimento de que, nas áreas operacionais ligadas à água e ao saneamento, as intervenções na via pública estavam suspensas, excetuando situações de emergência, como ruturas de abastecimento. Ainda assim, considerou fundamental garantir condições adequadas para os trabalhadores que necessitavam de intervir nessas circunstâncias, dado o esforço físico exigido e a exposição a temperaturas elevadas e ao sol. Defendeu que existiam soluções simples para reduzir a exposição solar, como a utilização de tendas de proteção junto dos locais de trabalho. -----

Relativamente à recolha de resíduos, considerou particularmente preocupante a situação dos trabalhadores do turno da tarde, cujo horário decorria entre as 13h00 e as 20h00, precisamente durante o período de maior intensidade do calor. Referiu que lhe tinha sido transmitido que os trabalhadores podiam escolher iniciar o trabalho às 13h00 ou apenas às 16h00, situação que classificou como surpreendente. Na sua opinião, essa situação representava uma transferência indevida de responsabilidades da administração para os trabalhadores. Considerou que não competia a cada trabalhador decidir individualmente as medidas de proteção a adotar, mas sim à entidade empregadora estabelecer regras claras para salvaguardar a saúde dos seus funcionários. Acrescentou que, caso essa informação correspondesse à verdade, a situação deveria ser corrigida.-----

Criticou ainda o que considerou ser uma gestão incoerente dos horários, exemplificando com situações em que os trabalhadores deixariam de trabalhar nas horas de maior calor, mas permaneceriam nas instalações à espera do final do horário laboral. Questionou a utilidade e eficácia de uma medida desse tipo no contexto da proteção da saúde dos trabalhadores. Referiu igualmente que já se tinham registado situações concretas de mal-estar entre funcionários municipais devido às elevadas temperaturas. Indicou que, no dia anterior, um trabalhador das brigadas da Câmara se tinha sentido mal e que, nessa mesma manhã, uma trabalhadora administrativa tinha apresentado problemas de saúde após a deslocação para o trabalho.-----

Acrescentou que existiam trabalhadores com diversas patologias e relatou o caso de um motorista de um camião de recolha de resíduos que sofria de uma condição cardíaca grave, tendo encontrado esse trabalhador a conduzir durante a tarde, em pleno período de calor intenso. Segundo explicou, o próprio trabalhador justificara a situação por ter optado por cumprir o turno naquele horário. Para terminar, questionou se um trabalhador em tais condições estava realmente em situação de decidir livremente sobre o seu horário de trabalho e classificou toda a situação como profundamente irresponsável. Concluiu afirmando que se recusava a aceitar ou justificar uma prática que considerava totalmente injustificável.-----

- Por já se encontrar presente, a Presidente da Assembleia Municipal, Susana de Fátima Carvalho Amador, passou a dirigir os trabalhos. -----

- Pedro Manuel Fialho da Costa Lindo (PS), mencionou que trazia à Assembleia a questão da habitação, que continua a constituir um dos maiores desafios enfrentados pelo município e pelas famílias do concelho. Saudou o investimento previsto pela Câmara Municipal nessa área, superior a 41 milhões de euros, bem como todas as iniciativas que contribuam para reforçar a oferta de habitação acessível.-----

Nesse contexto, solicitou um ponto de situação relativamente aos edifícios Romeu e Julieta, localizados na Urbanização da Urmeira, que têm sido abordados diversas vezes na Assembleia Municipal. Recordou que esses edifícios foram adquiridos pela Câmara Municipal em 2017 e que, desde então, não lhes tinha sido dado qualquer destino, encontrando-se atualmente em processo de reabilitação para habitação a custos controlados. -----

Relativamente a essa intervenção, colocou duas questões. A primeira incidiu sobre o valor adjudicado da empreitada e o calendário previsto para a sua conclusão. A segunda prendeu-se com o número de fogos de habitação a custos controlados que resultarão da reabilitação e com a data prevista para a sua disponibilização às famílias. -----

Por fim, salientou que a bancada do Partido Socialista considera aquele projeto estruturante para o concelho de Loures, defendendo que é fundamental garantir o cumprimento dos prazos estabelecidos e assegurar que os benefícios decorrentes dessa intervenção cheguem o mais rapidamente possível às famílias que mais necessitam de habitação a custos acessíveis. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), começou por apresentar uma denúncia relativamente a uma viatura de marca Renault, modelo Mégane, com matrícula francesa, que se encontra estacionada na Rua Dom Afonso de Albuquerque e que aparenta estar abandonada. Questionou se a Câmara Municipal tinha conhecimento da situação e, caso não tivesse, solicitou que fossem desencadeadas as diligências

necessárias para contactar o proprietário. Acrescentou que, na eventualidade de não haver resposta por parte do mesmo, deveria ser ponderada a remoção da viatura, uma vez que a mesma tem causado constrangimentos ao nível do estacionamento, sobretudo durante a realização de assembleias de freguesia e outras iniciativas naquela rua. -----

Pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação da intervenção no IC17. Recordou que o Presidente Ricardo Leão havia referido que a Infraestruturas de Portugal se tinha comprometido a reabilitar as vias que ficaram degradadas na sequência da intempérie ocorrida em março. No entanto, deu nota que, até ao momento, ainda não tinham sido realizadas intervenções, situação que, no seu entender, contribuía para o aumento da sinistralidade rodoviária, para a ocorrência de danos nas viaturas e para dificuldades adicionais na circulação do trânsito. -----

Relativamente à questão das pragas na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela, já anteriormente mencionada pelo deputado municipal Rui Pinhel, perguntou se essa problemática poderia estar relacionada com várias denúncias recebidas acerca de deficiências na recolha de resíduos urbanos. -----

Aproveitou ainda para alertar o executivo para o aumento significativo do depósito ilegal de resíduos provenientes de pequenas obras. Referiu que, anteriormente, esses depósitos ocorriam sobretudo em terrenos e espaços abertos localizados no Bairro da Fraternidade, mas que atualmente a situação se tem vindo a verificar nas principais artérias da União de Freguesias. Questionou que medidas que o executivo tencionava adotar para combater esse problema. Reconheceu tratar-se também de uma questão de natureza cívica e comportamental, mas salientou a necessidade de reforçar a fiscalização e a presença das entidades competentes nos locais onde essas ocorrências são mais frequentes, por forma a evitar a degradação da imagem da freguesia. -----

Por fim, informou, caso o Executivo ainda não tivesse conhecimento da situação, sobre um tema que já havia sido discutido na Assembleia de Freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas. Referiu que existiam relatos de um indivíduo que alegadamente teria construído uma estrutura rudimentar numa árvore, onde pernoitaria com frequência. Acrescentou que tinham sido apresentadas denúncias por encarregados de educação às autoridades competentes, segundo as quais esse indivíduo adotaria, por vezes, comportamentos considerados obscenos nas proximidades de estabelecimentos de ensino durante o período escolar. Questionou se o executivo tinha conhecimento dessa situação e, caso não tivesse, solicitou que tomasse conhecimento da mesma e esclarecesse quais as diligências que pretendia desenvolver, em articulação com as autoridades competentes, para resolução o problema. -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), disse que pretendia colocar um conjunto de questões, começando por uma relacionada com a freguesia de Loures, mais

concretamente sobre o Mercado Municipal de Loures. Solicitou informação sobre as intervenções de reabilitação previstas para aquele equipamento municipal, bem como o calendário previsível para a sua execução. -----

De seguida, apresentou várias questões relacionadas com o ambiente, incidindo particularmente sobre a União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação. Referiu que tinham recebido queixas de munícipes dando conta de que o Parque do Planalto do Catujal apresenta equipamentos danificados e carece de limpeza e manutenção adequadas. Considerou lamentável que um espaço com aquelas características não se encontre devidamente conservado e questionou qual o calendário previsto para a reparação dos equipamentos e para a realização das ações de manutenção necessárias. Acrescentou ainda que alguns munícipes transmitiram preocupações relativamente à realização de podas consideradas excessivamente radicais em árvores da freguesia. Segundo a informação recebida, essas podas terão sido efetuadas fora da época adequada, tendo resultado na diminuição significativa das zonas de sombra em diversos locais da União das Freguesias. Esclareceu que estava a reproduzir as informações que tinham sido transmitidas e questionou quem era responsável pela realização dessas intervenções, perguntando se as mesmas estavam a cargo da Câmara Municipal, através do Departamento de Ambiente, ou da própria União das Freguesias. -----

Por fim, referiu terem recebido informações de que alguns espaços verdes da União das Freguesias de Camarate, Unhos e Apelação teriam os sistemas de rega inativos devido ao corte do fornecimento de água por falta de pagamento. Salientou não dispor de indicação sobre quaisquer espaços verdes específicos nem saber se essa informação correspondia integralmente à realidade, mas afirmou que tinha sido reportado que existiam situações desse tipo e que a Câmara Municipal teria conhecimento das mesmas. Assim, solicitou esclarecimentos sobre o assunto e perguntou se o município possuía informação que confirmasse essas ocorrências. -----

- Tiago Filipe Jorge da Silva (IL), mencionou que a primeira questão dizia respeito ao estado de conservação da Estrada Nacional 8. Reconheceu que a via não é da responsabilidade da Câmara Municipal, mas sim da Infraestruturas de Portugal, salientando, porém, que a estrada se encontra num estado lamentável e apresenta condições de circulação perigosas para os utilizadores. Questionou se existe alguma ação prevista por parte da Câmara Municipal ou se têm sido efetuadas diligências junto da Infraestruturas de Portugal, no sentido de pressionar para a realização de obras de qualificação daquela via. -----

A segunda questão relacionava-se com os contentores instalados na Apelação e em Bucelas. Recordou que, aquando da sua colocação, no âmbito das obras de construção do parque junto ao Tejo, tinha sido informado que se tratava de soluções temporárias. Deu nota que muitas situações inicialmente apresentadas como provisórias acabam por

se tornar permanentes, pelo que solicitou uma atualização sobre essa matéria, em particular à situação existente em Bucelas.-----

Por fim, referiu ter recebido relatos relativos à falta de médicos de família no Centro de Saúde da Lousa. Reconheceu igualmente que essa matéria não é da competência da Câmara Municipal, mas sim do Ministério da Saúde. Ainda assim, questionou se o município tem acompanhado a situação e, em caso afirmativo, se dispõe de alguma informação que possa prestar sobre o assunto. -----

- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro (Chega), informou que lhe tinham sido reportadas três situações sobre a União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela. -----

A primeira situação dizia respeito à zona da Rua São Francisco Xavier com a Avenida de Santa Iria, junto ao restaurante Tagarela, onde lhe foi comunicado existirem alegadas situações de consumo e venda de estupefacientes. Nesse sentido, questionou se a Câmara Municipal tinha conhecimento da ocorrência dessas situações e se já se encontrava a articular com as entidades competentes para o seu acompanhamento e resolução. -----

A segunda questão relacionava-se com a área envolvente ao restaurante Chiribita, na Rua das Flores, onde, segundo os relatos recebidos, têm ocorrido conflitos entre transeuntes, situações de consumo de estupefacientes, perturbações provocadas pelo ruído e estacionamento de veículos em segunda fila, afetando a qualidade de vida dos residentes. Perguntou igualmente se o município tinha conhecimento desses problemas e se estavam a ser desenvolvidas ações em articulação com as autoridades competentes.-----

Por fim, abordou uma situação recorrente em São João da Talha, referindo que, na semana anterior, teriam ocorrido novos confrontos e outras situações consideradas anómalas naquela localidade. Indicou ainda terem sido reportadas práticas de condução perigosa, designadamente a realização de corridas ou manobras automóveis na zona traseira dos prédios. Acrescentou que a polícia foi chamada ao local, mas que, segundo os relatos recebidos, foram apontadas limitações de meios para dar resposta às ocorrências. Assim, questionou se a Câmara Municipal tinha conhecimento desses factos e recordou que o senhor Presidente havia mencionado a realização de uma reunião com o Comando Metropolitano de Lisboa da PSP. Solicitou que fossem partilhadas eventuais conclusões dessa reunião, de modo a perceber se estavam previstas medidas que permitissem dar resposta às queixas e preocupações manifestadas pela população.-----

- Duarte Miguel Monge Correia (Chega), mencionou que a questão que pretendia colocar ao executivo incidia sobre um assunto que, no seu entender, se tinha tornado

quase místico ou esotérico no concelho: a localização ou concretização do metro. Nesse sentido, solicitou ao executivo uma atualização sobre o ponto de situação da Linha Violeta do Metro de Loures. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para prestar esclarecimentos. -----

- A Presidente da Câmara, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, relativamente à questão suscitada pela deputada municipal Fátima Amaral sobre a avaliação dos impactos do festival *Rock in Rio* nos dois últimos fins de semana, nomeadamente na freguesia de Sacavém, informou que a Câmara Municipal não tinha recebido qualquer informação negativa relativamente à realização do evento. Pelo contrário, referiu que alguns moradores, designadamente da Urbanização do Real Forte, manifestaram apreço pela metodologia adotada para os residentes daquela zona, considerando-a mais adequada do que a que tinha sido implementada na edição realizada dois anos antes. -----

Acrescentou que existiu um maior cuidado por parte da organização e das entidades envolvidas no plano de mobilidade criado para o festival, destacando igualmente o aumento significativo da oferta de estacionamento na área de Loures, com mais de 750 lugares disponibilizados na estrada da Beira-Rio e nos parques já existentes junto ao Parque Papa Francisco. Sublinhou ainda que as três juntas de freguesia mais diretamente abrangidas pelo evento colaboraram e articularam-se de forma próxima com a organização e com a Câmara Municipal, salientando que o facto de o município não ter conhecimento de ocorrências específicas não significava que a União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho não as tivesse sinalizado. -----

No que respeita às elevadas temperaturas registadas naquele período, explicou que, independentemente da situação mais recente, a Divisão de Segurança e Saúde no Trabalho já tinha emitido orientações destinadas a todos os trabalhadores do universo municipal, promovendo a adoção de medidas de proteção individual e de prevenção adequadas ao período de verão. Informou que foram estabelecidos contactos com os dirigentes das áreas mais operacionais, nomeadamente dos departamentos de Ambiente, Obras Municipais, Transportes e Oficinas, tendo sido ajustados os horários de trabalho de modo a que os trabalhadores iniciassem funções mais cedo e evitassem a realização de trabalhos no exterior durante as horas de maior calor, sobretudo a partir do final da manhã. -----

Acrescentou que, na reunião de Câmara realizada naquele mesmo dia, a questão tinha voltado a ser abordada e que, tendo sido ativado o Plano Municipal para Ondas de Calor, foram disponibilizados locais de acolhimento para a população em geral. Referiu igualmente que, no âmbito das iniciativas previstas, algumas foram canceladas, outras

tiveram os horários reajustados e outras ainda foram transferidas para locais diferentes. Quanto aos trabalhadores dos SIMAR, indicou que a resposta seria prestada pelo colega do executivo responsável pela área. -----

Relativamente à questão da semaforização em Santo António dos Cavaleiros, esclareceu que a situação estava a ser cuidadosamente monitorizada e avaliada em articulação estreita com a respetiva união de freguesias. Reconheceu que alterações desse tipo nem sempre produzem de imediato os resultados desejados, mas salientou que se tratava de uma artéria com elevada intensidade de tráfego e níveis consideráveis de perigosidade, circunstâncias que justificaram a adoção da medida. -----

Dirigindo-se ao senhor deputado municipal Pedro Lindo, efetuou uma correção relativamente à política de habitação e à utilização dos instrumentos financeiros associados ao Plano de Recuperação e Resiliência. Esclareceu que o município estava a executar candidaturas aprovadas no valor global de cerca de 72 milhões de euros, correspondendo ao conjunto de projetos que obtiveram aprovação, embora apenas cerca de metade das candidaturas apresentadas tivesse sido aceite. -----

Sobre a reabilitação dos edifícios conhecidos como “Romeu” e “Julieta”, localizados nas Urmeiras, freguesia de Loures, confirmou que a intervenção permitiria disponibilizar 46 frações habitacionais. Explicou que o executivo optou por atribuir essas habitações através de sorteio, no âmbito do programa *Primeiro Direito* e em regime de renda reduzida, acrescentando que o concurso havia terminado na sexta-feira anterior e registado mais de 500 candidaturas. Referiu igualmente que 30% dos alojamentos foram reservados para jovens até aos 35 anos de idade, enquadrando esta medida na política municipal de habitação destinada a responder a diferentes necessidades para além do arrendamento apoiado. -----

Informou ainda que estava em curso, nos mesmos edifícios, a adaptação de um espaço destinado à criação de uma bolsa de alojamento urgente e temporário com capacidade para 15 camas. Explicou que a obra era da responsabilidade da Câmara Municipal e que a gestão do equipamento poderia vir a ser realizada em parceria com outra entidade, à semelhança do modelo adotado em São Sebastião de Guerreiros. Acrescentou que tinha sido igualmente celebrado um protocolo com a CREACIL, instituição do concelho que desenvolve trabalho na área da deficiência, com vista à criação de apartamentos de autonomização para pessoas com deficiência que reúnam condições para viver de forma independente. -----

Referiu que uma parte remanescente de um dos edifícios poderá vir a acolher associações ou serviços municipais, tratando-se de uma solução ainda em estudo. Esclareceu que a infraestrutura básica ficará concluída nessa fase, sendo os ajustamentos internos realizados posteriormente. Indicou, por fim, que o investimento global previsto para a reabilitação dos dois edifícios ascendia a cerca de 8,5 milhões de euros. -----

Relativamente à questão colocada pelo senhor deputado municipal Tiago Silva sobre a EN 8, afirmou que o município tem vindo a pressionar a Infraestruturas de Portugal para avançar com a intervenção necessária e que existiam informações recentes apontando para o lançamento de um procedimento concursal. Acrescentou que a Câmara voltaria a reforçar a relevância e urgência da obra junto da entidade competente.-----

Por último, respondendo à questão relacionada com a falta de médico de família na freguesia de Lousa, confirmou que, naquele momento, não existia médico colocado para aquela população. Explicou que o município aguardava o resultado do recente concurso de colocação de médicos internos para verificar se a vaga seria preenchida. Referiu ainda que a situação tem sido sucessivamente sinalizada junto da Unidade Local de Saúde de Loures/Odivelas. Esclareceu que enquanto não houver colocação de um médico de família, os munícipes abrangidos podem recorrer a consultas através de teleconsulta ou solicitar agendamento junto da Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados da Mealhada, estrutura responsável pelo acompanhamento dos utentes sem médico de família atribuído. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, respondeu às questões colocadas pelo deputado municipal Rui Pinhel, referindo que a Rua Deputado Botelho Neves, em São João da Talha, já tinha sido alvo de intervenções no mandato anterior, sobretudo nos troços mais degradados. Acrescentou que se encontrava em execução o projeto de requalificação da ligação à EN 10, que incluirá a criação de uma nova entrada e permitirá a reabilitação de toda a via, melhorando igualmente as acessibilidades. Salientou que a entrada de São João da Talha sempre constituiu um ponto crítico em termos de reabilitação urbana. -----

Relativamente à limpeza das bermas e valetas da EN10, afirmou que o contrato atualmente em vigor estava a ser cumprido na íntegra. Informou que estava a ser preparado um novo concurso, uma vez que o atual se encontrava próximo do fim. Reconheceu que o serviço não apresentava resultados insatisfatórios, mas também não correspondia plenamente às expectativas do município. Acrescentou ainda que estava prevista uma reabilitação faseada da EN10, abrangendo vários troços, incluindo a zona da Rua Deputado Botelho Neves e a ligação até à Bobadela.-----

No que respeita às chamadas "lojas-dormitório", explicou que as alterações legislativas ao regime simplificado de obras tinham reduzido a capacidade de intervenção dos municípios. Esclareceu que muitas obras interiores deixaram de estar sujeitas a licenciamento, o que dificultava a atuação preventiva das autarquias. Ainda assim, garantiu que, sempre que tinham conhecimento dessas situações, eram acionados os mecanismos disponíveis, envolvendo a Polícia Municipal, a Divisão de Fiscalização Urbanística, a PSP, a GNR e o Ministério Público, existindo já diversos processos e participações com vista à reposição da legalidade. -----

Respondendo ao deputado municipal Luís Direitinho sobre as pragas urbanas, afirmou que o município mantinha um plano anual de controlo de pragas, incidindo sobre baratas, roedores e outras espécies urbanas típicas. Referiu que, em períodos críticos, eram igualmente realizadas intervenções pontuais nos locais identificados. Defendeu que a proliferação das pragas não resultava apenas da recolha de resíduos, a qual considerou globalmente eficaz, mas também da falta de civismo por parte de alguns cidadãos. Para ilustrar essa realidade, relatou um episódio ocorrido junto do Grupo Dramático e Recreativo Corações de Vale Figueira, onde os serviços de limpeza procederam à recolha integral dos resíduos antes de uma reunião em que participou, porque ao chegar ao local verificou que estava repleto de resíduos e telefonou aos SIMAR para se deslocarem ali e fazer a limpeza. No entanto, quando finalizou a reunião, verificou que o local se encontrava novamente repleto de lixo, ao ponto de parecer que nenhuma limpeza tinha sido efetuada. Acrescentou que se não tivesse visto a fazerem a limpeza não acreditava naquela situação. Considerou que aquele tipo de comportamento favorecia a proliferação de ratos e baratas. Acrescentou que, em Vale Figueira, existia uma zona particularmente problemática junto às antigas piscinas, onde a deposição irregular de lixo e monos era recorrente, situação que foi resolvida através da delimitação e vedação do espaço. Reconheceu, contudo, que nem todas as situações permitiam soluções idênticas.-----

O orador admitiu ainda que, desde o período da pandemia, se tinha verificado uma perda generalizada de civismo relativamente à deposição e gestão de resíduos. Apesar disso, garantiu que o município continuava empenhado em reforçar a recolha, a fiscalização e as campanhas de sensibilização. -----

Em resposta à deputada municipal Tânia Mateus, informou que existia um plano de recuperação para o Mercado de Loures, encontrando-se em fase de conclusão o respetivo estudo prévio. Recordou que, em mandatos anteriores, tinha sido equacionada a instalação de uma Loja do Cidadão naquele espaço, mas que a alteração do conceito desses equipamentos, agora mais orientados para o atendimento digital, obrigou a reformular o projeto. Explicou que o município estava a redesenhar a intervenção, procurando manter um serviço âncora que valorizasse o mercado, ao mesmo tempo que procurava financiamento para concretizar a obra. -----

Relativamente ao Planalto do Catujal, afirmou que estava em curso uma avaliação da competência transferida para a Junta de Freguesia cerca de um ano e meio antes. Aproveitou para esclarecer que não existia qualquer junta de freguesia com o fornecimento de água cortado devido às regas, considerando falsa essa informação.

Quanto às podas efetuadas em Camarate, Unhos e Apelação, reconheceu que tinha tido conhecimento de algumas intervenções consideradas mais radicais. Referiu que a delegação de competências nessa matéria estava a ser acompanhada e admitiu que algumas situações lhe suscitaram dúvidas. No entanto, salientou que também existiam

casos em que as podas não tinham sido realizadas durante vários anos, originando problemas para os moradores, designadamente junto a edifícios onde a vegetação invadia as habitações. Assegurou, por isso, que a situação estava a ser avaliada e discutida com as juntas de freguesia. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal Duarte Monge, afirmou que a Linha Violeta não era uma miragem e que os atrasos registados resultavam das várias dificuldades encontradas desde a sua fase inicial. Explicou que os custos previstos sofreram alterações, que o primeiro concurso público ficou deserto e que o segundo foi objeto de uma inspeção relacionada com uma empresa pública chinesa envolvida no fornecimento de material circulante. Indicou que essa inspeção já tinha sido concluída e que se aguardava apenas o parecer final da União Europeia. Manifestou a expectativa de que o processo pudesse avançar, permitindo concretizar uma ambição antiga do concelho: a ligação da zona norte de Loures à rede de metro através da Linha Violeta. - Por fim, em resposta às questões da deputada municipal Fátima Amaral relativas aos SIMAR, afirmou que, segundo as informações de que dispunha, os trabalhadores tinham sido consultados sobre os horários e os serviços que pretendiam assegurar. Referiu que lhes foi dada a possibilidade de iniciar funções mais tarde e que apenas uma das equipas aceitou essa alteração, enquanto as restantes optaram por manter os horários habituais. Reconheceu não possuir ainda todos os elementos sobre o processo, comprometendo-se a aprofundar a análise da situação e a prestar esclarecimentos adicionais assim que dispusesse de mais informação. -----

- A Vereadora Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, começou por dirigir-se ao deputado municipal Bruno Simão, relativamente à situação da Quinta das Manteigas, respondendo que não se tratava já de uma simples ação de limpeza. Explicou que o proprietário havia sido alertado e contactado pela Polícia Municipal e que, na sequência de uma visita, se deslocou à Câmara Municipal para obter esclarecimentos sobre o que poderia reparar e quais as intervenções que lhe seriam permitidas. Segundo referiu, o proprietário recebeu a indicação de que não poderia prosseguir com quaisquer trabalhos no local. Acrescentou ainda que a área já tinha sido alvo de fiscalização por parte da entidade competente em matéria de ambiente, pelo que a situação deixara de poder ser considerada uma mera operação de limpeza. Esclareceu que, em concreto, estava em causa um terreno que tinha sido limpo por alguém que pretendia desenvolver projetos para aquele espaço, mas que, após contacto com o município, ficou a saber que não lhe era permitido realizar qualquer intervenção. Indicou também que já tinham sido instaurados processos pelas entidades fiscalizadoras do ambiente e que seria determinada a reposição da legalidade, conforme previsto nos procedimentos aplicáveis. -----

Respondendo à deputada municipal Fátima Amaral, relativamente à questão da habitação clandestina, ou, como preferiu designar, das construções ilegais na zona norte do concelho, nomeadamente em Bucelas, Chamboeira, Fanhões, Pintéus, Casainhos e Tojal, afirmou que o município tem acompanhado de perto aquela problemática. Referiu que existem numerosos processos em curso naquela zona e que, embora não tivesse sido identificado nenhum caso específico na intervenção da deputada municipal, o executivo está a acompanhar todas as denúncias e a procurar resolver os problemas relacionados com construções ilegais. -----

Dirigindo-se ao deputado municipal Luís Filipe Direitinho, pediu desculpa por não poder responder de imediato à questão da viatura alegadamente abandonada na Rua Dom Afonso de Albuquerque, na União das Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela. Explicou que não conhecia o processo individual de cada viatura, comprometendo-se, no entanto, a averiguar a situação e a dar posteriormente uma resposta e o respetivo encaminhamento. -----

Relativamente à alegada construção numa árvore, referiu que seria útil obter uma localização mais precisa para melhor compreensão da situação, uma vez que desconhecia completamente a existência desse caso. Comentou, em tom irónico, tratar-se de uma situação inédita e manifestou o desejo de que tal prática não viesse a tornar-se recorrente. -----

Por fim, respondendo à deputada municipal Ana Guerreiro sobre matérias relacionadas com a segurança, afirmou que as situações referidas se enquadram na esfera de competências da Polícia de Segurança Pública (PSP). Ainda assim, salientou que a segurança é uma responsabilidade partilhada por todos os intervenientes e informou que essas preocupações já tinham sido transmitidas à PSP no âmbito do Conselho Municipal de Segurança. Garantiu que o município continuará a trabalhar em estreita articulação com aquela força de segurança. Acrescentou que o executivo tem conhecimento de algumas situações pontuais e que, embora não acompanhe cada caso individualmente, possui uma perceção geral dos problemas existentes e mantém uma colaboração próxima com a PSP para os acompanhar e resolver. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, de forma sucinta respondeu ao deputado municipal Tiago Silva, esclarecendo que as situações dos contentores da Apelação e de Bucelas são distintas e não devem ser confundidas. -----

Relativamente aos contentores da Apelação, informou que já existe um processo judicial em curso. Referiu que o município obteve decisão favorável em primeira instância, mas que foi interposto recurso pela atividade económica instalada no local. Explicou que, devido à pendência do processo em tribunal, a Câmara Municipal não pode intervir diretamente naquele momento, encontrando-se a acompanhar o recurso. Manifestou

ainda convicção de que o processo está a evoluir favoravelmente, identificando a morosidade administrativa e judicial como o principal obstáculo à sua resolução. -----

Quanto aos contentores de Bucelas, explicou que já foram efetuadas todas as notificações necessárias com vista à reposição da legalidade urbanística. Salientou, contudo, que existe uma diferença substancial entre os dois casos. No caso da Apelação, considerou que a instalação dos contentores nunca deveria ter sido possível, atendendo às características do solo, à sua capacidade edificativa e à existência de uma linha de água na área em questão, fatores que, no seu entender, inviabilizam aquele tipo de construção. Já em Bucelas, esclareceu que a situação é diferente, uma vez que se trata da zona do Tâmega, cuja classificação urbanística prevê atividades económicas. Ainda assim, reconheceu que a implantação realizada não respeita os parâmetros aplicáveis. Informou que também naquele caso foram emitidas notificações e que o processo foi remetido para todas as entidades competentes, incluindo o Ministério Público. Acrescentou que estava prevista, para a semana seguinte, uma reunião com os responsáveis envolvidos, com o objetivo de agilizar a resolução da situação.-----

Por fim, rejeitou qualquer relação entre a eventual retirada dos contentores de um local e a sua instalação noutro. Explicou que os contentores de Bucelas começaram a ser colocados e a respetiva movimentação iniciou-se, salvo erro, em meados de 2021, quando os contentores da Apelação ainda não tinham sido removidos. Acrescentou ainda que os contentores da Apelação se encontram naquele local há cerca de vinte anos, concluindo, por isso, que não existe qualquer ligação entre aquele processo e a retirada dos contentores da área onde veio posteriormente a ser instalado o Parque Papa Francisco. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que iriam entrar na segunda ronda de intervenções.-----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), recordou que a questão das podas radicais não era nova e que já tinha sido debatida em sessões anteriores da Assembleia Municipal. Referiu que, numa discussão anterior, realizada ainda no mandato passado, tinha sido reconhecido que existia um problema de inadequação de diversas espécies arbóreas ao espaço urbano, resultado de opções de plantação feitas ao longo de muitos anos. Recordou que, quando era criança, participou em ações de plantação de árvores em bairros do concelho e que muitas dessas árvores, entretanto crescidas, passaram a representar problemas para os edifícios junto dos quais foram implantadas. Acrescentou que, nesse debate anterior, a Câmara Municipal tinha assumido o compromisso de desenvolver um plano para corrigir gradualmente essas situações, reconhecendo que não seria possível proceder a alterações imediatas em todo o território. Nesse sentido, questionou se existia atualmente alguma previsão para o início

da implementação desse plano, uma vez que, na sua perspetiva, o problema continuava a ser sucessivamente identificado sem que fossem visíveis avanços concretos na sua resolução. -----

Sublinhou ainda que as podas radicais não constituíam uma solução adequada, dado que podem representar riscos para a segurança pública. Explicou que muitas árvores sujeitas a esse tipo de intervenção desenvolvem problemas fitossanitários graves, desequilíbrios estruturais da copa e outras fragilidades que, embora reduzam os incómodos para os edifícios próximos, aumentam os riscos para as pessoas. -----

Passando à questão da movimentação de terras ao fundo do Catujal, referiu ter revisto a gravação da última Assembleia Municipal para confirmar as declarações anteriormente prestadas pela senhora Vereadora. Afirmou que, à época, a responsável tinha assegurado de forma muito assertiva que os serviços municipais estavam a acompanhar a situação e que a operação em causa correspondia a trabalhos de limpeza, o que lhe teria transmitido alguma tranquilidade quanto ao controlo do processo. Contudo, afirmou ter constatado posteriormente o desaparecimento de cerca de 100 metros de extensão da ribeira da Apelação, questionando se a senhora Vereadora tinha ou não conhecimento desse facto. Considerou que, caso tivesse conhecimento, a omissão dessa informação na resposta inicial era particularmente grave, por se tratar, na sua opinião, do elemento mais relevante da intervenção realizada no local. Sublinhou que a ribeira da Apelação constitui uma linha de enxurrada particularmente sensível, associada historicamente a episódios de cheias na zona da EN250 e no cruzamento para Unhos, recordando inclusivamente a ocorrência de vítimas mortais em eventos passados. Destacou a importância da área situada entre a Estrada Militar e a Apelação e classificou como extremamente preocupante a intervenção realizada numa extensão aproximada de 100 metros daquela linha de água, localizada a escassa distância da estrada nacional. -----

Manifestou preocupação pelo facto de não ter sido apresentada à Assembleia informação clara sobre a forma como o problema seria resolvido ainda durante o período de verão. Para sustentar essa preocupação, recordou um caso ocorrido na ribeira do Prior Velho, durante a construção de uma urbanização junto à primeira rotunda do Mocho, em que terras depositadas numa zona baixa acabaram por ser arrastadas pelas chuvas de inverno para a Praça da República, causando consequências significativas. -----

Considerou particularmente grave que a resposta inicial à sua pergunta não tivesse esclarecido a Assembleia sobre aquilo que classificou como um crime ambiental. Na sua perspetiva, tratava-se de uma intervenção de grande dimensão e impacto territorial que não poderia ter ocorrido sem que as entidades competentes fossem alertadas atempadamente. Questionou igualmente quem iria proceder à reposição da legalidade, restaurando o leito e as margens da ribeira afetada. -----

Acrescentou que mesmo as operações simples de limpeza de margens exigem normalmente o envolvimento da Agência Portuguesa do Ambiente e da Administração da Região Hidrográfica do Tejo e Oeste, sublinhando que a situação observada ultrapassava largamente esse tipo de intervenção. Alertou para a necessidade de acompanhamento rigoroso do processo por parte de todas as entidades envolvidas, de forma a evitar que, nos meses seguintes, surgissem consequências ainda mais graves. Defendeu que a Câmara Municipal deveria agir com firmeza e total transparência, abandonando qualquer postura que considerasse evasiva, e exigiu que os responsáveis pela intervenção fossem chamados a responder pelos seus atos. Referiu ainda que a questão se relacionava com a polémica do parque de contentores previsto junto à ribeira da Apelação, ironizando que a inexistência da linha de água poderia ser usada para justificar a permanência dessa infraestrutura naquele local. -----

Manifestou a intenção de continuar a acompanhar atentamente o assunto e defendeu que nos meses seguintes fossem dados passos decisivos para corrigir a situação. Sublinhou que o sucedido representava um sério retrocesso face ao trabalho desenvolvido pelo município ao longo dos últimos doze anos no sentido da valorização, recuperação e qualificação da rede hidrográfica local. Recordou que várias intervenções exemplares tinham sido realizadas durante mandatos anteriores e considerou intolerável o regresso a práticas que evocavam os anos 1980, período em que, segundo afirmou, eram frequentemente cometidos atentados ambientais hoje considerados inaceitáveis. -----

Concluiu, afirmando que o concelho tinha evoluído significativamente no nível de exigência relativamente à proteção das linhas de água, sobretudo tendo em conta a sua importância para a proteção civil, e reiterou a sua censura ao facto de não ter sido prestada à Assembleia uma informação mais clara e completa sobre o que estava a acontecer naquele local.-----

Por fim, abordou a questão do metro de Loures. Recordou que, cerca de dois meses antes, o senhor Presidente da Câmara tinha informado a Assembleia de que o problema relacionado com a participação de uma empresa chinesa no consórcio responsável pelo projeto estaria ultrapassado, na sequência da substituição desse parceiro pela Siemens através de um acordo com a Mota-Engil. Considerando que essa questão parecia resolvida, afirmou que o mais relevante naquele momento era saber quais eram as perspetivas concretas para o avanço do investimento e para a concretização do projeto do metro de Loures no concelho. -----

- Flávio Filipe Machado Soledade (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santo António dos Cavaleiros e Frielas), relativamente à questão levantada pelo eleito do Chega, informou que a Junta de Freguesia, cerca de

um mês ou um mês e meio antes, tinha identificado uma estrutura abarracada construída numa árvore, junto ao circuito de manutenção da Cidade Nova. -----

Referiu que os serviços municipais procederam à verificação da situação, nomeadamente para apurar se o local estava a ser utilizado para pernoita. Segundo explicou, concluiu-se que ninguém dormia naquela estrutura, uma vez que, caso tal se verificasse, teria sido necessário acionar a Rede Social para acompanhamento da eventual situação de sem-abrigo. -----

Acrescentou que, não se tendo confirmado qualquer ocupação habitacional, procedeu-se ao desmantelamento da estrutura. Informou ainda que seria realizada uma nova verificação no dia seguinte para confirmar se a construção tinha sido novamente montada, quer no mesmo local, quer noutra árvore nas proximidades. Salientou que o parque possui uma área extensa, pelo que existe a possibilidade de terem sido criadas novas estruturas semelhantes, tanto no mesmo local como em zonas mais afastadas, situação que seria objeto de averiguação. -----

- Luís Filipe Pereira Direitinho (Chega), prescindiu da sua intervenção, atento ao esclarecimento adicional dado. -----

- Lino Manuel Gomes Franco (Presidente da Junta de Freguesia de Lousa), usou da palavra apenas para fazer uma correção à informação anteriormente prestada pela senhora Presidente da Câmara, em exercício. Esclareceu que, embora a situação dos cuidados médicos em Lousa não seja a ideal, continua a existir um médico a prestar serviço naquela unidade durante um determinado número de horas por semana. -----
Explicou que o médico em questão apenas não esteve presente no dia anterior por motivos pessoais, tendo, no entanto, procedido ao reagendamento das consultas que não puderam ser realizadas. Acrescentou que essas consultas foram remarcadas para a segunda-feira seguinte. Reafirmou que, apesar das limitações existentes e de a situação estar longe de ser a desejável, o serviço continua a funcionar. -----

- Rui Miguel Paiva Lopes Pinhel (PPD/PSD), referiu que já tinha sido abordado o tema das pragas e a sua possível associação à falta de recolha de resíduos sólidos, mas salientou que existia também outro fator que, em Loures, não era tão debatido como noutras zonas da região de Lisboa, especialmente mais a norte: a limpeza dos terrenos. Explicou que a falta de limpeza dos terrenos contribuía para o aumento das pragas, uma vez que essas encontravam nesses espaços condições favoráveis para se instalarem. Acrescentou que era frequente, em Loures, verificar terrenos junto a habitações completamente cobertos de vegetação, situação que, além de favorecer a proliferação de pragas, representava também um risco acrescido de incêndio. -----

Nesse sentido, questionou o que estava a ser feito relativamente a essa matéria, nomeadamente se os terrenos estavam a ser identificados e se os respetivos proprietários estavam a ser notificados para proceder à sua limpeza, uma vez que essa obrigação se encontrava prevista na lei.-----

Relativamente ao Castelo de Pirescoxe, recordou que, cerca de dois meses antes, tinha questionado o Presidente da Câmara sobre o estado do processo de reparação do imóvel. Na ocasião, tinha sido informado de que iria realizar-se uma reunião com a Ministra da Cultura, com o objetivo de avaliar possíveis soluções, dado que o município não teria capacidade para assumir sozinho a intervenção necessária. Assim, perguntou se essa reunião já tinha ocorrido, quais tinham sido os seus resultados e quais eram as perspetivas para a recuperação do castelo.-----

Referiu ainda que, na segunda-feira anterior, tinha sido contactado pela mãe de uma criança que frequentava a Escola dos Lápis, no Alto da Eira. Segundo o relato recebido, o ATL iria encerrar durante o mês de julho por indicação da Câmara Municipal, o que provocaria dificuldades às famílias trabalhadoras que não tinham onde deixar os seus filhos. Acrescentou que lhe tinha sido igualmente transmitido que, nos dias de greve, as crianças eram obrigadas a deslocar-se para as instalações de Santa Iria de Azóia, uma vez que não lhes era permitido permanecer na escola, regressando apenas para almoçar. Esclareceu que estava apenas a transmitir as informações que lhe tinham chegado e questionou se as mesmas correspondiam à verdade. Caso se confirmassem, perguntou quais eram as razões para essa situação e o que se passava concretamente com o ATL. -----

Por fim, abordou a questão dos centros de saúde e das condições climatéricas particularmente severas que se faziam sentir. Deu nota que era do conhecimento público a existência de diversos problemas de climatização em vários centros de saúde do concelho, alguns dos quais se arrastavam há cerca de dez anos.-----

Nesse contexto, perguntou se o município tinha adotado alguma medida para salvaguardar a situação. Reconheceu que existiam projetos em curso e adjudicações já efetuadas, mas que ainda não tinham produzido efeitos práticos. Por isso, perguntou se tinha sido implementada alguma solução temporária para garantir o conforto dos utentes e dos profissionais de saúde. Salientou que, muitas vezes, quando se discutia a saída de médicos para o setor privado, uma das razões apontadas era precisamente a falta de condições de trabalho, motivo pelo qual pretendia saber se tinham sido tomadas medidas para minimizar esses problemas. -----

- Eugénio Alexandre Ratinho de Oliveira (Presidente da Junta de Freguesia de Loures), em resposta à senhora deputada municipal Tânia Mateus, referiu que, caso tivesse passado recentemente pelo Mercado Municipal, teria podido verificar que a Junta de Freguesia se encontrava a realizar uma intervenção na parte exterior do edifício.

Explicou que a obra incidia na requalificação de toda a fachada, incluindo a uniformização das portas, com o objetivo de conferir ao mercado uma imagem mais moderna e apelativa. Foi igualmente salientado que a intenção da Junta de Freguesia era avançar, numa fase posterior, para a requalificação do interior do mercado. Pretendia-se modernizar o espaço, eliminando as atuais bancas fixas, consideradas desajustadas às necessidades atuais. A ideia seria que os feirantes utilizassem bancas amovíveis próprias, permitindo uma maior flexibilidade na utilização do espaço. ----- Foi ainda explicado que essa alteração possibilitaria que, após o encerramento do mercado ao sábado, pelas 13 horas, o espaço pudesse ser rapidamente transformado e disponibilizado para outras utilizações. Dessa forma, seria possível criar uma sala polivalente, uma valência que, segundo ele, atualmente não existe em Loures, permitindo a realização de diversas iniciativas e eventos. ----- Acrescentou também que a Junta de Freguesia pretendia assegurar o pleno funcionamento das seis lojas existentes no mercado. Afirmou que o objetivo passava por criar um mercado mais moderno, com novas dinâmicas e capaz de acolher diferentes atividades, aumentando assim a oferta de espaços disponíveis para iniciativas da comunidade.-----

- Jorge Manuel Lopes Antunes (PPD/PSD), disse que pretendia levantar uma questão e apresentar uma breve apreciação sobre o documento que havia sido distribuído. Começou por retomar um tema que já tinha abordado alguns meses antes, relacionado com a unidade da Cruz Vermelha na Portela. Referiu que a população continuava a questionar as razões pelas quais a unidade permanecia encerrada e que as explicações disponibilizadas à comunidade eram escassas. Considerava importante conhecer o ponto de situação, até porque circulavam diversas versões sobre o assunto e entendia ser preferível obter esclarecimentos junto de quem detinha a informação.-----

Relativamente ao relatório escrito apresentado, considerou pertinente deixar algumas observações e sugestões. Referiu que o Relatório de Informação à Gestão Municipal, referente aos meses de março e abril de 2026, constituía um retrato extenso da atividade desenvolvida pela Câmara Municipal de Loures, tratando-se de um documento relevante para o exercício da transparência democrática e para o acompanhamento da ação do executivo municipal.-----

Começou por reconhecer o trabalho desenvolvido pelos serviços municipais e pelos trabalhadores da Câmara, salientando que esses asseguravam diariamente o funcionamento de uma estrutura complexa e de grande dimensão. Deu nota que o relatório demonstrava uma atividade intensa em áreas fundamentais como a habitação, a educação, a saúde, a ação social, a segurança e a requalificação do espaço público. No entanto, numa perspetiva construtiva, defendeu que o documento poderia ser melhorado e evoluir. Considerou que, ao longo de mais de duas centenas de páginas,

eram apresentados inúmeros procedimentos, reuniões, concursos, contratos, despachos, apoios e deliberações, mas que continuava a ser difícil perceber de forma clara o impacto efetivo dessas medidas na vida dos munícipes. Como exemplo, referiu as várias empreitadas em curso nas áreas da habitação, da educação e da saúde, referindo que o relatório registava igualmente sucessivos alargamentos de prazos, trabalhos complementares e modificações contratuais. Reconheceu que obras dessa dimensão enfrentam frequentemente dificuldades e imprevistos, mas sustentou que seria importante que futuros relatórios passassem a incluir indicadores de desempenho mais objetivos, não apenas sobre as ações realizadas, mas também sobre os resultados alcançados. Considerou relevante que fossem apresentados dados concretos sobre o número de famílias beneficiadas pelas políticas habitacionais, o número de alunos que passaram a usufruir de melhores condições nas escolas intervencionadas, o grau de execução dos investimentos previstos e o nível de concretização dos compromissos assumidos. Entendia que esses indicadores permitiriam aos eleitos e aos cidadãos avaliar de forma mais rigorosa a eficácia das políticas públicas municipais. -----

Destacou igualmente, de forma positiva, o reforço previsto da Polícia Municipal e os apoios atribuídos às corporações de bombeiros do concelho, considerando tratar-se de áreas particularmente relevantes num território com a dimensão e os desafios de Loures. Sublinhou a necessidade de acompanhar a concretização dessas medidas e de conhecer os seus efeitos práticos no reforço da segurança e da proteção das populações. Concluiu, esclarecendo que as observações apresentadas não constituíam uma crítica ao trabalho realizado, mas antes um contributo para promover uma cultura de avaliação mais exigente e orientada para resultados mensuráveis. Defendeu que esse tipo de informação reforça a confiança nas instituições e valoriza o trabalho desenvolvido por todos aqueles que servem o município, acrescentando que governar não consiste apenas em realizar ações, mas também em demonstrar de forma clara aquilo que foi efetivamente alcançado. -----

- Ana Margarida Dias Raimundo Guerreiro (Chega), começou por questionar em que ponto de situação se encontrava a construção do Centro de Saúde da Bobadela, pretendendo saber se a obra estava a decorrer conforme o planeado após os atrasos anteriormente verificados e qual era a previsão para a sua entrada em funcionamento. Relativamente à questão de ATL em dias de greve, referiu que três associações de pais responsáveis pela gestão de ATL em escolas tinham reportado situações problemáticas ocorridas durante a última greve. Explicou que teria existido alguma discordância relacionada com a utilização dos espaços escolares, cuja gestão é da responsabilidade da Câmara Municipal, enquanto os ATL são explorados por entidades privadas. Solicitou esclarecimentos sobre qual era o posicionamento da Câmara Municipal de Loures

relativamente a essas situações e qual seria o entendimento a aplicar futuramente, nomeadamente quanto à disponibilidade ou não de ATL em dias de greve. -----

De seguida, partilhou a sua preocupação relativamente ao que considerava ser um sentimento generalizado de impunidade no concelho. Referiu que essa perceção era visível em situações como o despejo indevido de resíduos, entendendo que existia uma falta de civismo por parte de algumas pessoas, mas sobretudo a sensação de que o incumprimento das regras não acarretava consequências. Acrescentou que essa situação também se verificava no domínio do urbanismo, dando como exemplo o Bairro da Petrogal, onde, segundo afirmou, diversas habitações estavam a ser alvo de intervenções sem que existisse informação visível sobre o respetivo licenciamento municipal. Referiu ainda que estavam a ser efetuadas alterações significativas, incluindo intervenções em caves, sem que se verificasse um reforço estrutural das construções. - Recordando acontecimentos recentes relacionados com sismos e os riscos associados à segurança das edificações, manifestou preocupação quanto às possíveis consequências de uma eventual ocorrência semelhante, considerando que algumas habitações poderiam não estar devidamente preparadas devido à ausência de fiscalização adequada.-----

Salientou também que existiam regras urbanísticas aplicáveis às moradias, nomeadamente quanto à obrigatoriedade de manter uma determinada percentagem de terreno permeável e ao cumprimento de limites para a altura dos portões, mas que muitas dessas normas não estariam a ser respeitadas. Acrescentou que, na sua perceção, alguns proprietários que cumpriam os procedimentos de licenciamento eram alvo de várias fiscalizações, enquanto outros que realizavam obras sem licença aparentavam não ser fiscalizados, colocando potencialmente em causa a segurança dos restantes moradores.-----

Questionou se a Câmara Municipal tinha conhecimento dessas situações e qual era o plano de fiscalização previsto para zonas particularmente sujeitas a intervenções urbanísticas, como o Bairro da Petrogal. -----

Por fim, regressou ao tema da impunidade para manifestar o seu desconforto perante a falta de evolução na problemática da recolha de resíduos. Disse compreender a complexidade do trabalho desenvolvido pelos serviços competentes, mas lamentou que, sessão após sessão, não se verificassem melhorias significativas. Considerou injusto para os cidadãos que cumprem as regras terem de suportar as consequências dos comportamentos incumpridores de terceiros, sem que esses aparentem ser alvo de medidas eficazes ou de responsabilização. -----

- Acardyo Kedy Santos Nazaré da Trindade (CDU), referiu que as suas questões diziam respeito à freguesia de Sacavém, onde tinha sido identificada uma degradação das passadeiras localizadas nas zonas e vias envolventes à Praça da República.-----

Questionou se a Câmara Municipal tinha acompanhado essa situação e se tinha conhecimento do estado em que aquelas infraestruturas se encontravam, salientando que o desgaste das passadeiras comprometia a segurança e a circulação dos peões numa área que tinha sido anteriormente objeto de intervenção. -----

Colocou ainda uma segunda questão relacionada com o estado de conservação dos espaços verdes no Bairro da Quinta do Mocho. Referiu que existiam diversas zonas onde o crescimento da vegetação se encontrava descontrolado, com arbustos que atingiam aproximadamente um metro de altura. -----

Manifestou preocupação pelo facto daquela situação poder colocar em causa a segurança dos residentes e das pessoas que circulavam naquela zona, pretendendo saber se estavam previstas ações para a manutenção e limpeza desses espaços verdes. -----

- Marco José Dias Raimundo (Chega), questionou qual o ponto a situação da instalação do sistema de videovigilância no Concelho.-----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos.-----

- A Presidente da Câmara, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes, retomou a questão colocada pelo senhor deputado municipal Rui Pinhel relativamente ao Castelo de Pirescoxe, informando que o município estava a aguardar um parecer do Instituto do Património, na sequência de uma visita técnica realizada em conjunto com aquela entidade há mais de dois meses. Acrescentou que a visita da senhora Ministra, inicialmente prevista para o local, teve de ser reagendada por duas vezes devido à indisponibilidade da sua agenda, estando agora prevista para o dia 10 de julho. -----

Relativamente à questão da climatização das unidades de saúde, esclareceu que as oito unidades de saúde transferidas para a gestão municipal foram recebidas em 2023 com carências significativas ao nível da manutenção e conservação, resultantes de muitos anos sem intervenção adequada. Explicou que, após a transferência destes equipamentos da Administração Regional de Saúde, foi possível negociar com o Governo uma linha de financiamento para candidatura ao Plano de Recuperação e Resiliência, destinada à sua reabilitação, no valor aproximado de dois milhões de euros. Acrescentou que as intervenções foram sendo desenvolvidas de forma gradual, tendo sido atribuída prioridade às unidades com problemas mais graves, nomeadamente as de Sacavém e Mealhada, onde as obras já estavam concluídas ou em fase de conclusão, bem como à unidade de Santo António dos Cavaleiros. Referiu que, mais recentemente, foi lançado um concurso público para dar continuidade ao processo de reabilitação das unidades de saúde de São João da Talha, Moscavide e Prior Velho. -----

Informou ainda que surgiram dificuldades no procedimento, uma vez que a única empresa concorrente e vencedora não apresentou a documentação necessária para a celebração do contrato, obrigando à abertura de um novo procedimento concursal. Reconheceu que essa situação era indesejável, sobretudo num período marcado por temperaturas elevadas, mas garantiu que a Câmara Municipal tem procurado minimizar os constrangimentos sentidos pelos profissionais de saúde. Como exemplo, referiu a distribuição, naquele mesmo dia, de mais de uma dezena de ventoinhas para a unidade de saúde de São João da Talha. -----

Sublinhou ainda que essa unidade não dispunha de um sistema de AVAC funcional desde 2008, situação que se manteve durante quinze anos sob gestão da Administração Regional de Saúde. Assinalou que o município apenas assumiu a responsabilidade sobre o edifício em 2023. Acrescentou que existem também serviços municipais com sistemas de ar condicionado avariados e que a autarquia se encontra a desenvolver esforços para resolver essas situações o mais rapidamente possível. -----

Manifestou o desejo de que todos os equipamentos municipais funcionassem em condições ideais, mas reconheceu que tal ainda não foi alcançado. Ainda assim, garantiu que, doravante, a conservação e manutenção das instalações municipais e das unidades de saúde seguirão uma lógica de atuação diferente da que existia anteriormente, incluindo contratos de manutenção que permitam uma resposta mais rápida aos problemas identificados. Considerou importante partilhar esta informação de forma transparente, para que todos tenham conhecimento da realidade encontrada e do trabalho que está a ser desenvolvido. -----

Em resposta ao senhor deputado municipal Jorge Antunes sobre a situação da Cruz Vermelha Portuguesa, informou que, após vários meses sem avanços significativos, foi identificado um problema de natureza registral relacionado com a parcela em questão. Explicou que essa situação se encontra em vias de resolução através da celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Cruz Vermelha Portuguesa, cujo texto está atualmente a ser preparado pelos serviços municipais de património. Manifestou a expectativa de que esse acordo permita resolver definitivamente a situação e acrescentou que o protocolo será essencial para possibilitar a posterior formalização de instrumentos de cooperação com a Segurança Social e com o Ministério da Saúde. -----

Relativamente às observações feitas sobre o relatório de gestão municipal, informou que o executivo tomou boa nota das sugestões apresentadas. Salientou que a Câmara não tem nada a esconder e que está disponível para melhorar a forma de apresentação do seu trabalho. Considerou inclusive que a Assembleia Municipal, a Câmara e os diversos grupos municipais poderão colaborar na construção de um instrumento que facilite a leitura e a interpretação da informação por parte de todas as bancadas. -----

Quanto à questão colocada pela senhora deputada municipal Ana Guerreiro sobre a unidade de saúde da Bobadela, confirmou que a obra registava algum atraso. Explicou

que esse atraso se deve, sobretudo, a dificuldades na empresa fornecedora dos materiais de caixilharia, localizada na região Centro, que foi afetada por fenómenos climáticos adversos. Segundo referiu, essa justificação foi apresentada pelo empreiteiro como causa principal dos atrasos verificados. Ainda assim, informou que a conclusão da obra continua prevista para o final do ano de 2026. -----

Por fim, em resposta ao senhor deputado municipal Acardyo Trindade sobre a questão das passeiras, esclareceu que as intervenções previstas deverão ser realizadas ao longo dos meses seguintes. Referiu que a informação recolhida junto das juntas de freguesia indica que esse tipo de trabalhos, sendo da competência dessas entidades, é normalmente executado durante o período de verão. Disse considerar provável que a União das Freguesias de Sacavém e Prior Velho venha a concretizar essa intervenção durante esse período. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, em resposta ao senhor deputado municipal Bruno Simão, informou que se encontravam em fase final de elaboração os termos de referência para a elaboração de um plano de rearboração das zonas urbanas do concelho. Reconheceu que seria impossível proceder à substituição de todas as espécies inadequadas de uma só vez, tendo em conta a dimensão da malha urbana e os erros acumulados ao longo de sucessivos executivos municipais relativamente à escolha das árvores plantadas. -----

Referiu que, durante muitos anos, era prática comum promover plantações de árvores em contexto escolar, nomeadamente no Dia da Árvore, tendo algumas dessas espécies revelado posteriormente inadequação aos locais onde foram colocadas. Considerou que existe hoje uma maior consciência sobre essa matéria e que é necessário corrigir gradualmente essas opções. -----

Explicou que os termos de referência deveriam ficar concluídos durante a semana seguinte, após o que seria definida uma calendarização e apresentado à Assembleia Municipal um plano de rearboração da malha urbana. Acrescentou que, por razões técnicas e sazonais, a implementação desse plano não poderia ainda ocorrer durante o corrente ano, pelo menos de forma significativa. -----

Como exemplos da inadequação de algumas espécies, referiu a existência de dois pinheiros de grande porte junto ao mercado da Bobadela, implantados a cerca de metro e meio de edifícios habitacionais, situação que considerou manifestamente desadequada. Recordou inclusivamente a plantação dessas árvores, sublinhando que a sua localização não era razoável. Acrescentou que existem muitos outros casos semelhantes no concelho, incluindo junto ao Pavilhão Paz e Amizade, onde já deveria ter sido iniciado um processo de substituição das espécies existentes, tendo em conta a evolução urbanística da zona. -----

Relativamente ao projeto do metro de Loures, esclareceu que a informação anteriormente transmitida pelo Presidente da Câmara correspondia àquela que tinha sido igualmente comunicada pela Comissão Europeia. Explicou que o processo se encontrava dependente da formalização e emissão do respetivo relatório por parte da Comissão Europeia, documento indispensável para que o júri do procedimento pudesse reunir e prosseguir os trabalhos. Salientou que essa informação tinha sido prestada pela própria Comissão Europeia e não pelo município. Acrescentou que continuavam a desenvolver esforços para que o relatório fosse emitido com a maior brevidade possível, considerando que tal já deveria ter acontecido, a fim de permitir o avanço do projeto. - Respondendo às questões colocadas pelo senhor deputado municipal Rui Pinhel relativamente à limpeza de terrenos, informou que tinham sido efetuadas mais de três mil notificações aos proprietários. Explicou, contudo, que a prorrogação do prazo legal para execução das limpezas acabara por provocar um atraso superior a um mês em todo o processo administrativo associado às notificações. Ainda assim, garantiu que os serviços municipais estavam a trabalhar intensamente para recuperar esse atraso. Acrescentou que uma das principais dificuldades encontradas reside na identificação dos proprietários de alguns terrenos, particularmente em contexto urbano, onde nem sempre é possível apurar de forma imediata a titularidade das parcelas. Esclareceu que, nas situações mais graves, o município tem recorrido à notificação por edital e, quando necessário, à posse administrativa dos terrenos para garantir a realização dos trabalhos de limpeza. -----

Dirigindo-se à senhora deputada municipal Ana Guerreiro, que abordou as questões relacionadas com o Bairro da Petrogal explicou que existe uma limitação legal relevante, uma vez que as obras e remodelações realizadas no interior das edificações não estão sujeitas a licenciamento urbanístico. Manifestou inclusivamente a sua discordância com esse enquadramento legal, considerando que algumas dessas intervenções deveriam carecer de autorização prévia. Referiu conhecer razoavelmente bem o Bairro da Petrogal e esclareceu que não estão a surgir novas construções não autorizadas, mas sim remodelações interiores realizadas pelos proprietários dentro dos limites das suas habitações. Explicou que a legislação atual permite que os proprietários efetuem alterações no interior dos imóveis sem necessidade de licenciamento, desde que não sejam alterados os parâmetros urbanísticos legalmente previstos. -----

Acrescentou que o plano de loteamento do bairro prevê diferentes tipologias de lotes e construções, todas devidamente identificadas e fiscalizadas desde a sua origem. Salientou que não existem novas urbanizações irregulares em desenvolvimento e que as únicas construções novas em curso correspondem a projetos plenamente licenciados. Referiu, em concreto, uma construção localizada na área do antigo campo pelado do bairro e outra na antiga Casa do Agrónomo, ambas acompanhadas pelos serviços municipais e cumprindo todos os requisitos legais. -----

Indicou ainda que existem outras intervenções relacionadas com a adaptação de construções aos parâmetros urbanísticos previstos no plano, incluindo situações relacionadas com a criação de caves ou garagens, todas sujeitas ao respetivo acompanhamento técnico e licenciamento. Sublinhou que os serviços de fiscalização urbanística mantêm uma atuação permanente e articulada com outros departamentos municipais, nomeadamente com os serviços tutelados pela Vereadora Paula Magalhães. Referiu que essa articulação tem sido visível em diversos processos, incluindo situações relacionadas com a Quinta das Manteigas e com os contentores em Bucelas. -----

Por fim, afirmou que os serviços dispõem dos instrumentos necessários para verificar o cumprimento das regras urbanísticas aplicáveis a cada lote, designadamente quanto à possibilidade de construção de caves, muros e outras estruturas. Considerou que, de modo geral, o Bairro da Petrogal tem sido um exemplo de cumprimento da solução urbanística prevista, embora reconheça a existência de casos pontuais que exigiram intervenção municipal. Como exemplo, mencionou uma situação ocorrida junto às árvores das belas sombras, onde foi identificada uma irregularidade numa moradia, posteriormente fiscalizada e corrigida sem necessidade de medidas excecionais. -----

- A Vereadora Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, dirigiu-se ao senhor deputado municipal Bruno Simão, afirmando que a sua intervenção a tinha deixado estupefacta, por lhe ter transmitido a sensação de que apenas ele e o seu grupo municipal demonstravam preocupação com as questões ambientais, enquanto os restantes aparentariam estar despreocupados com essa matéria.-----

Referiu que, ao longo de toda a extensão daquela linha de água, provavelmente existiam atualmente mais troços canalizados do que troços a céu aberto. Acrescentou que tinha sérias dúvidas de que algumas das obras de canalização existentes ao longo dessa linha de água tivessem sido licenciadas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), mas comprometeu-se a aprofundar essa questão para posteriormente prestar esclarecimentos.-----

Explicou que, assim que o município tomou conhecimento da situação em causa, foram acionados os meios competentes. Informou que o proprietário já tinha sido alvo de um auto por parte da APA e que se encontrava em curso um processo que envolvia diversas entidades, designadamente a Polícia Municipal e os serviços de urbanismo. Recordou ainda que a canalização daquela linha de água não era uma situação recente, referindo exemplos de áreas como a antiga Junta Nacional dos Vinhos, a SLM e a antiga Quimigal, onde a mesma linha de água se encontrava igualmente canalizada. -----

Acrescentou que iria confirmar quais os licenciamentos que tinham sido emitidos para essas intervenções e que estaria disponível para voltar a abordar o assunto posteriormente. Reiterou que as obras em causa existiam efetivamente, mas sublinhou

que, logo após a deteção da situação mais recente, as autoridades competentes foram acionadas e o proprietário passou a estar sujeito a um processo administrativo. -----
Concluiu afirmando que o município não estava indiferente ao problema nem o estava a ignorar, garantindo que a situação estava a ser acompanhada de perto e manifestando disponibilidade para voltar a discutir o tema, incluindo a situação do restante percurso da linha de água. -----

- O Vereador, António Manuel Lopes Marcelino, referiu que a situação correspondia à anteriormente levantada pelos senhores deputados municipais Rui Pinhel e Ana Guerreiro. Explicou que se tratava de uma matéria delicada, que vinha ocorrendo ao longo dos últimos quatro ou cinco anos e que se tinha manifestado pela primeira vez nesse período. Recordou que, desde 2022, a Câmara Municipal tinha assumido uma posição clara sobre o assunto, tendo-a comunicado regularmente aos agrupamentos escolares, às associações de pais e ao próprio Ministério da Educação. -----

Relativamente ao episódio mais recente, esclareceu que, num dia de greve, encontrando-se em funcionamento a Associação de Pais do Alto da Eira, foi apresentada uma participação à PSP com o objetivo de identificar quem se encontrava efetivamente em greve e quem estava a desempenhar funções no ATL gerido pela associação de pais. Salientou que a situação era particularmente sensível porque envolvia a conjugação de vários direitos fundamentais. Por um lado, existia o direito à greve, cuja proteção legal considerou inviolável. Por outro, existiam também o direito das famílias à organização da vida familiar e o direito ao trabalho, fatores que tornavam necessária uma análise equilibrada e uma adequada regulamentação destas situações. -----

Acrescentou que, há já algum tempo, a Câmara vinha a desenvolver trabalho conjunto com os agrupamentos escolares, as associações de pais e outras entidades envolvidas, procurando facilitar a interpretação das normas aplicáveis e contribuir para a clarificação dos diferentes conceitos em causa. Explicou ainda que existia alguma confusão entre o conceito de escola a tempo inteiro, que se encontra devidamente enquadrado pela legislação, e os ATL, cuja organização e funcionamento resultam da iniciativa das associações de pais, no exercício da sua autonomia e competências próprias. Considerou, por isso, que era necessário clarificar a distinção entre essas realidades. -----

Nesse contexto, informou que tinha tido a oportunidade de conversar com a Presidente da Associação de Pais do Alto da Eira e com a coordenadora do respetivo ATL. Referiu que o objetivo dessas conversas tinha sido tranquilizar a associação, uma vez que, no entendimento do município, não existia qualquer impedimento legal que, respeitando a legislação em vigor, impedisse o funcionamento da associação de pais. -----

Afirmou que a Câmara Municipal continuaria atenta ao desenvolvimento da situação, procurando assegurar simultaneamente o respeito pelo direito à greve e pelos direitos

das famílias à organização da vida familiar e ao trabalho, de forma a garantir que as crianças dispusessem de respostas adequadas durante esses períodos. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou que iriam dar início à terceira ronda de intervenções.-----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), começou por referir que a sua intervenção seria breve, pretendendo apenas deixar uma reflexão sobre a discussão realizada naquele ponto da ordem de trabalhos relativo à Gestão Municipal.-----

Em primeiro lugar, saudou os serviços do município pelo trabalho desenvolvido na elaboração e apresentação do documento em análise, com mais de duzentas páginas, considerando que o mesmo constituía um importante instrumento para que os deputados municipais pudessem exercer a sua função de fiscalização da atividade do Executivo. Aproveitou igualmente para destacar o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo Executivo Municipal, sublinhando que esse trabalho contava com o apoio da bancada do Partido Socialista. Saudou ainda a disponibilidade e a forma como os membros do Executivo responderam às inúmeras questões colocadas ao longo das duas horas anteriores pelas diferentes bancadas da Assembleia Municipal. -----

Fez uma observação relativamente a uma questão colocada pela bancada da CDU, relacionada com a ribeira da Apelação. Considerou que a pergunta havia sido formulada de forma profundamente capciosa, uma vez que, aparentemente, procurava obter esclarecimentos sobre a linha de água, quando, na realidade, o objetivo seria questionar especificamente a deposição de terras nessa mesma linha de água. Na sua opinião, se a intenção era perceber se o Executivo tinha conhecimento da situação e se estava a acompanhar o assunto, teria sido mais adequado colocar diretamente essa questão, considerando que essa seria uma forma mais séria e transparente de abordar o tema.--

Prosseguindo a sua intervenção, dirigiu-se à senhora deputada municipal da CDU para referir que ela tinha por hábito interromper as suas intervenções com apartes e questões. Embora admitisse que as suas intervenções pudessem causar incómodo, afirmou que tal não a levaria a alterar a forma como entendia exercer o seu direito de intervenção. Acrescentou que essas interrupções acabavam por prejudicar a sequência do seu raciocínio e considerou que, no limite, não era de bom tom interromper as intervenções dos deputados municipais de outras bancadas. Nesse sentido, solicitou à deputada municipal que tivesse maior atenção a esse aspeto e que evitasse repetir esse comportamento no futuro. -----

Para concluir, voltou a saudar o Executivo Municipal, considerando que as respostas dadas às diversas questões colocadas pelas várias bancadas da Assembleia Municipal tinham sido adequadas e esclarecedoras. Defendeu ainda que essas respostas demonstravam a capacidade, a determinação e a coragem com que o Partido Socialista

vinha conduzindo os destinos do município de Loures, enfrentando os diversos desafios que o concelho continua a apresentar. -----

- Bruno Alexandre Caçador Simão (CDU), começou por referir que, uma vez que tinham sido feitos comentários a diversas intervenções durante o debate, gostaria de assinalar que, da sua parte, era sempre um prazer poder contar com as intervenções da senhora deputada municipal Inês Falcão. Acrescentou, em tom irónico, que considerava até bastante refrescante a existência daquele modelo de encerramento dos debates, que classificou como uma espécie de comentário com nota artística às várias intervenções produzidas. Acrescentou que cada um dos participantes desempenhava o seu papel, sendo que alguns estavam na Assembleia para colocar questões e outros para tecer apreciações sobre as questões colocadas, considerando legítimo que cada um exercesse as suas funções da forma que entendesse. -----

Dirigindo-se depois à senhora Vereadora Paula Magalhães, afirmou que a explicação apresentada relativamente à situação em discussão não fazia qualquer sentido. Sustentou que o facto de existirem situações irregulares anteriores não poderia justificar ou legitimar novas irregularidades. -----

Para ilustrar o seu argumento, utilizou o exemplo hipotético de uma habitação clandestina, defendendo que a existência de uma construção ilegal não legitimaria a construção de outra semelhante nas imediações. Na sua opinião, a comparação efetuada pela vereadora seguia precisamente essa lógica, ao referir que já existiam outros troços da linha de água anteriormente canalizados. -----

Considerou que, ao mencionar a existência de outros casos semelhantes e a eventual verificação dos respetivos licenciamentos, a vereadora estava a relativizar a situação em análise. Questionou, por isso, qual a relevância de saber se intervenções anteriores tinham ou não sido licenciadas para a apreciação do caso concreto que estava a ser discutido. -----

Defendeu que a eventual irregularidade de terceiros não poderia servir de fundamento para desculpar ou minimizar uma outra situação potencialmente irregular. Afirmou que preferia ver naquele processo a mesma vereadora que, em anteriores Assembleias Municipais, tinha assumido uma posição firme na defesa da legalidade urbanística e da reposição da legalidade em casos de construções ilegais. Referiu que era precisamente essa postura de exigência no cumprimento da lei que esperava ver aplicada à situação da linha de água e do terreno localizado junto ao Catujal, considerando que a intervenção acabada de ouvir assumira um carácter excessivamente justificativo. -----

Acrescentou ainda que não possuía conhecimentos técnicos especializados nas áreas da hidráulica ou da gestão de linhas de água e admitiu que talvez essa limitação fosse partilhada pela própria vereadora. Contudo, precisamente por essa razão, entendia que uma intervenção daquela natureza só poderia ser realizada mediante o devido

enquadramento técnico e legal. Sustentou que nada do que pudesse ter acontecido anteriormente no território deveria servir para relativizar ou desvalorizar o que estava a ser executado naquele local. Reiterou que a referência a situações vizinhas ou a licenciamentos de terceiros não contribuía para o esclarecimento do caso concreto nem alterava a necessidade de apurar a legalidade da intervenção em causa.-----

Por fim, afirmou que, se já considerava importante obter resposta ao requerimento que tinha apresentado semanas antes, essa resposta passava agora a revestir carácter de urgência. Recordou que o requerimento incluía um conjunto alargado de pedidos de informação, documentação e elementos de avaliação relacionados com o processo. Manifestou a expectativa de que o requerimento não ficasse sem resposta e de que a documentação solicitada fosse disponibilizada em tempo útil. Assegurou que, se o assunto estava efetivamente a ser acompanhado de forma próxima pelos serviços competentes, então toda a informação requerida deveria encontrar-se facilmente acessível e pronta para ser remetida como resposta ao pedido apresentado. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), regressou à questão que tinha anteriormente colocado sobre a proteção da saúde dos trabalhadores durante os períodos de temperaturas elevadas. -----

Referiu que era do conhecimento da Câmara Municipal e dos SIMAR que a Direção-Geral de Saúde recomenda especiais cuidados durante os períodos de maior calor, nomeadamente nas horas mais críticas do dia. Considerou que a resposta do senhor Vereador tinha confirmado aquilo que já havia afirmado anteriormente e que, na sua perspetiva, correspondia efetivamente à realidade dos factos. Contudo, defendeu que a situação tinha de ser alterada, sublinhando que a responsabilidade pela proteção dos trabalhadores não podia ser transferida para os próprios. Na sua opinião, cabia à entidade empregadora assegurar essa proteção, definindo os horários e as condições em que o trabalho deveria ser realizado.-----

Salientou que os trabalhadores não deviam ser deixados à sua própria iniciativa para decidir quando se proteger ou quando executar determinadas tarefas, entendendo que a organização do trabalho devia ser assumida pela administração de forma responsável. Considerou ainda que tal poderia ser feito através do diálogo e da explicação das circunstâncias aos trabalhadores, sem necessidade de recorrer a imposições autoritárias.-----

Manifestou preocupação pelo facto da situação estar a ser tratada como se cada trabalhador pudesse escolher livremente os horários em que desempenhava as suas funções ou os momentos em que deveria permanecer protegido do calor, considerando que esse procedimento não fazia sentido nem correspondia às responsabilidades da entidade empregadora.-----

Destacou ainda que não estava em causa apenas trabalho desenvolvido ao ar livre em condições normais, mas sim funções particularmente exigentes do ponto de vista físico. Referiu que muitos daqueles trabalhadores desempenhavam tarefas penosas, insalubres e de risco, razão pela qual recebiam suplementos remuneratórios específicos associados a essas condições de trabalho. Defendeu que, existindo condições para reorganizar os horários e evitar a realização dessas tarefas durante as horas de maior calor, nomeadamente entre o início e o meio da tarde, tal deveria efetivamente acontecer, podendo o trabalho ser realizado em períodos mais adequados dentro do horário normal de serviço. -----

Considerou que essa era uma matéria que exigia uma assunção clara de responsabilidades por parte da administração, afirmando que aquilo que se espera dos responsáveis é precisamente que tomem decisões e exerçam as competências que lhes cabem. Acrescentou que acreditava que o senhor Vereador tinha compreendido perfeitamente a questão colocada e apelou ao seu empenho na resolução do problema, por entender que a situação não poderia continuar nos mesmos moldes. Como exemplo, referiu que nos dias anteriores tinha verificado uma empresa a realizar trabalhos de reparação de pavimentos na Cidade Nova, em Santo António dos Cavaleiros. Explicou que tinha verificado que estavam a ser utilizadas massas frias e que a intervenção era realizada por conta da Junta de Freguesia. Apesar de reconhecer que se tratava de uma empresa privada contratada por uma entidade pública, sublinhou que a responsabilidade pelas condições em que os trabalhos eram executados continuava a pertencer à autarquia que contratava o serviço. -----

Defendeu que questões daquela natureza tendiam a ser desvalorizadas, mas recordou que existem leis, normas e orientações precisamente para regular essas situações e garantir a proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores. Acrescentou que, embora reconhecesse que a utilização de massas frias não representava exatamente as mesmas condições de risco associadas às massas quentes, era importante enquadrar a questão no contexto mais amplo dos alertas emitidos pelas entidades competentes devido às condições meteorológicas extremas. -----

Criticou também algumas opiniões baseadas no senso comum que, na sua perspetiva, tendiam a minimizar os riscos do calor extremo, referindo exemplos de comentários simplistas que sugerem que basta procurar locais mais frescos ou ignorar o problema. Considerou que esse tipo de argumentos não possui fundamento científico e não deve servir de base à gestão de uma organização. Por fim, salientou que a recomendação para beber água era importante do ponto de vista da hidratação, mas lembrou que essa medida, por si só, não resolve o problema das elevadas temperaturas ambientais nem elimina os riscos associados à exposição prolongada ao calor, razão pela qual insistiu na necessidade de se adotarem medidas adequadas para proteger os trabalhadores. -----

- Marco José Dias Raimundo (Chega), usou da palavra para referir que já estava esclarecido. -----

- Inês Falcão da Costa Morgado (PS), disse que pretendia fazer apenas uma breve intervenção, considerando que não poderia deixar passar a última intervenção do senhor deputado municipal Bruno Simão, nomeadamente a apreciação que ele tinha feito da sua intervenção, ao caracterizá-la como uma intervenção de natureza artística. Deu nota que o deputado municipal poderia ter utilizado uma expressão diferente, mas considerou que essa caracterização era suficiente para compreender o teor da crítica que lhe tinha sido dirigida. -----

Acrescentou que aquilo que, do seu ponto de vista, acabava frequentemente por quebrar o raciocínio ao longo das sessões da Assembleia Municipal era o tom que classificou como paternalista presente em algumas intervenções do senhor deputado municipal, bem como os extensos desenvolvimentos que antecederam as questões efetivamente dirigidas ao Executivo. -----

Nesse sentido, referiu que também lhe assistia o direito de fazer uma apreciação sobre a forma como o deputado municipal conduzia as suas próprias intervenções na Assembleia. -----

Esclareceu, contudo, que a sua participação se tinha limitado a constatar que as questões colocadas durante a sessão da Assembleia Municipal tinham recebido resposta por parte do Executivo, considerando que essa avaliação constituía um direito legítimo dos deputados municipais. -----

Concluiu afirmando que não percebia em que medida esse exercício de apreciação poderia constituir qualquer tipo de número artístico. -----

- Maria de Fátima Amaral (CDU), retomou a questão das construções clandestinas, ou das situações que entendeu enquadrar nessa realidade, existentes na zona norte do concelho. Referiu que aquele problema já tinha sido anteriormente assinalado e discutido em várias ocasiões na Assembleia Municipal, sublinhando que não tinha sido apenas por sua iniciativa, mas também por outros deputados municipais. -----

nota que aquela não era a primeira vez que a questão surgia e recordou que a Senhora Vereadora tinha afirmado ter conhecimento da situação, bem como referido que estavam a ser desenvolvidas intervenções para lidar com o problema. -----

Nesse contexto, formulou um pedido que classificou como um requerimento verbal, solicitando que, com a maior brevidade possível, fosse disponibilizada informação detalhada sobre as ações que estavam a ser realizadas. -----

Em particular, pretendia saber que intervenções tinham sido efetuadas, em que locais tinham ocorrido, quais os imóveis alvo de fiscalização e quais as medidas concretas adotadas pelos serviços municipais. -----

Justificou o pedido afirmando que, na sua perspetiva, não era perceptível a alteração do ritmo de atuação relativamente a este tipo de situações, considerando por isso importante obter esclarecimentos que permitissem compreender melhor a intervenção municipal nesta matéria. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, passou a palavra ao Executivo Municipal, para serem prestados esclarecimentos. -----

- A Vereadora, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, dirigiu-se ao Senhor Deputado Bruno Simão, disse que se via obrigada a repetir o que já lhe tinha dito anteriormente e que procuraria ser muito breve para que não subsistissem dúvidas. Explicou que tinha sido detetada uma irregularidade e que, perante essa situação, foram acionadas as entidades competentes. Acrescentou que o proprietário tinha sido autuado e era alvo de um processo que se encontrava em curso. -----

Referiu ainda que, na sua grande extensão, o restante troço da linha de água tinha sido canalizado. Acrescentou que duvidava que alguma da obra ali realizada tivesse sido executada com o devido licenciamento, embora garantisse que iria certificar-se dessa situação. Declarou que, uma vez que o senhor deputado municipal não tinha compreendido a sua primeira intervenção, iria expressar-se de forma mais direta. Nesse sentido, questionou sobre o que a CDU tinha sido feito em 1988, quando foi realizada a canalização pela então empresa Quimigal, e de que forma tinha sido reposta a legalidade. Manifestou a expectativa de que o seu esclarecimento tivesse sido suficiente para dissipar quaisquer dúvidas sobre a sua intervenção inicial. -----

Por fim, voltou a perguntar o que é que a CDU tinha feito naquela ocasião e salientou que já tinha explicado, desde o início, qual tinha sido a atuação da sua parte. Concluiu afirmando que o atual executivo tinha intervindo e que continuava a intervir. -----

- O Vereador, Nuno Ricardo da Conceição Dias, mencionou que na sua intervenção anterior, se tinha esquecido de responder a uma questão colocada pela bancada do Chega relativamente ao processo de videovigilância. Explicou que o processo se encontrava em curso, tendo já sido realizado o levantamento integral das necessidades e elaborado um projeto de execução. Acrescentou que esse projeto estava a ser ajustado em conformidade com as normas aplicáveis e que estava a ser dividido em diferentes componentes, tendo em conta o faseamento necessário da intervenção. Referiu que o município estava em condições de remeter o processo para a Comissão Nacional de Proteção de Dados e, posteriormente, para o Ministério da Administração Interna (MAI), de forma a obter as autorizações necessárias para avançar com a primeira fase da instalação do sistema. -----

Esclareceu ainda que tinha sido solicitado à PSP e à GNR que identificassem os locais considerados prioritários para a instalação das câmaras de videovigilância. Segundo explicou, essa informação era essencial para permitir o faseamento do processo, atendendo ao elevado número de câmaras a instalar, e para possibilitar que a implementação pudesse iniciar-se o mais rapidamente possível. -----

Reconheceu que se tratava de um processo moroso devido aos pareceres obrigatórios das diversas entidades envolvidas. No entanto, salientou que já tinham sido dados passos preparatórios importantes, nomeadamente através da definição das localizações prioritárias em articulação com a PSP e a GNR, permitindo que o processo fosse submetido ao MAI e à Comissão Nacional de Proteção de Dados já enquadrado pelas indicações das forças de segurança. -----

Acrescentou que a fase seguinte passava pelo planeamento da execução das obras e pelo respetivo faseamento. Referiu também que tinham surgido questões relacionadas com os locais de monitorização das imagens, uma vez que a gestão do território abrangido pelo sistema seria partilhada entre duas entidades: a GNR, na zona norte, e a PSP, nas restantes áreas sob sua competência. -----

Sublinhou que aquela divisão implicava o reforço das necessidades operacionais e técnicas, uma vez que exigia soluções distintas para cada força de segurança, bem como uma coordenação superior do sistema. Indicou que esse trabalho de articulação e separação de competências estava a ser desenvolvido e concluiu manifestando o entendimento de que estavam reunidas as condições para submeter o processo às entidades externas competentes para emissão dos respetivos pareceres. -----

- Tânia Cristina Mateus Costa (CDU), disse considerar, perante a última intervenção da senhora Vereadora Paula Magalhães, que tinha ficado claro que deveria consultar o arquivo municipal para obter todos os esclarecimentos necessários relativamente aos processos antigos. Referiu que essa era a recomendação da sua bancada, uma vez que o arquivo municipal era a entidade que detinha a informação sobre essas matérias. ----

Acrescentou que, no que lhe dizia respeito, tinha apenas nove anos de idade em 1988 e, por isso, não dispunha de qualquer condição para explicar o que tinha acontecido na altura nem a forma como tinha sido conduzido o processo de licenciamento. Sublinhou, contudo, que a senhora Vereadora, no exercício das suas funções, tinha a possibilidade de solicitar e pesquisar essa informação junto dos serviços municipais competentes. ----

Afirmou que o aspeto verdadeiramente fundamental da questão parecia ter passado novamente despercebido. Recordou que, na sua primeira intervenção, o deputado municipal Bruno Simão tinha perguntado o que se passava na ribeira da Apelação e na Quinta das Manteigas, tratando-se de perguntas diretas e não de qualquer artifício político. Segundo referiu, o deputado municipal colocou essas questões por considerar que já possuía informação sobre a situação. -----

Salientou que, no primeiro esclarecimento prestado, não tinha sido feita qualquer referência ao desaparecimento de cerca de 100 metros da linha de água, circunstância que, na sua perspetiva, tinha motivado a indignação manifestada. Acrescentou que, sobre esse ponto concreto, não tinha sido prestado qualquer esclarecimento durante a sessão da Assembleia. Afirmou ainda que compreendia que pudesse existir algum desconforto relativamente ao tema, uma vez que o problema tinha sido sinalizado semanas antes, através da apresentação de um requerimento que ainda não tinha obtido resposta. Acrescentou que os esclarecimentos prestados na Assembleia foram surgindo gradualmente e de forma parcellar.-----

Concluiu sublinhando que a sua intervenção não constituía uma pergunta, mas antes uma constatação sobre a explicação que tinha sido apresentada. -----

- A Presidente da Assembleia Municipal, informou estarem concluídos os trabalhos. Agradeceu os contributos de todos, todas as intervenções de um tema e de uma gestão municipal que é, de facto um dos momentos mais importantes também da Assembleia Municipal, a par do orçamento e de outros pontos. É sempre um período nobre, uma vez que não há deliberações naquele ponto. Propôs a dispensa da leitura da minuta da ata, tendo em consideração não terem havido deliberações naquela reunião. -----

--- Nesta reunião estiveram presentes por parte do Executivo Municipal, a Presidente da Câmara Municipal, em exercício, Sónia Alexandra da Silva Paixão dos Santos Bernardo Lopes e os Vereadores, Bruno Miguel de Oliveira Nunes, Nelson César Gonçalves Batista, Nuno Ricardo da Conceição Dias, Paula Alexandra Flora da Costa Magalhães, Patrícia Isabel Morgado de Almeida, André Filipe Reis Antunes, António Manuel Lopes Marcelino, Gonçalo Filipe Vintém Caroço e Ana Catarina Ferreira Marques. -----

--- Eram vinte e duas horas e quinze minutos, quando a Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrada a reunião. -----

--- A ATA FOI APROVADA POR VOTAÇÃO NOMINAL E POR UNANIMIDADE, COM 29 PRESENCAS, SENDO QUE 12 REPRESENTANTES NÃO ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO A QUE RESPEITA A PRESENTE ATA E NÃO PARTICIPARAM NA VOTAÇÃO. A ATA FOI APROVADA NA REUNIÃO DE VINTE E QUATRO DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS, COM DISPENSA DE LEITURA, DADO TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA POR TODOS OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

A ATA É ASSINADA PELO 1.º SECRETÁRIO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, AQUILINO JOSÉ MARQUES VENTURA, -----

E PELA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, SUSANA DE FÁTIMA CARVALHO
AMADOR,
